



UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS  
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL  
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL

CAMILA MARIA VENTURA

**O ADOECIMENTO DOS DISCENTES NA UNIVERSIDADE  
FEDERAL DE OURO PRETO**

Trabalho de Conclusão de Curso

Mariana/MG

2018

CAMILA MARIA VENTURA

**O ADOECIMENTO DOS DISCENTES NA UNIVERSIDADE  
FEDERAL DE OURO PRETO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Ouro Preto como requisito parcial para obtenção do título de bacharel em Serviço Social.

Área de concentração: Ciências Sociais Aplicadas.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Me. Alessandra Souza.

Mariana/MG

2018

V468a

Ventura, Camila Maria.

O adoecimento dos discentes na Universidade Federal de Ouro Preto  
[manuscrito] / Camila Maria Ventura. - 2018.

67f.: il.: color.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. MSc<sup>a</sup>. Alessandra Ribeiro Souza.

Monografia (Graduação). Universidade Federal de Ouro Preto. Instituto de Ciências  
Sociais Aplicadas. Departamento de Ciências Sociais, Jornalismo e Serviço Social.

1. Doenças - Causas e teorias da causa - Teses. 2. Estudantes universitários - Ouro  
Preto (MG). 3. Universidade Federal de Ouro Preto - Teses. I. Souza, Alessandra Ribeiro.  
II. Universidade Federal de Ouro Preto. III. Título.

CDU: 378(815.1)

Catálogo: [ficha@sisbin.ufop.br](mailto:ficha@sisbin.ufop.br)

CAMILA MARIA VENTURA

**O ADOECIMENTO DOS DISCENTES NA UNIVERSIDADE  
FEDERAL DE OURO PRETO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado  
ao Curso de Graduação em Serviço Social da  
Universidade Federal de Ouro Preto como  
requisito parcial para obtenção do título de  
bacharel em Serviço Social.

Área de concentração: Ciências Sociais  
Aplicadas.

Aprovada em: 23 de julho, 2018.

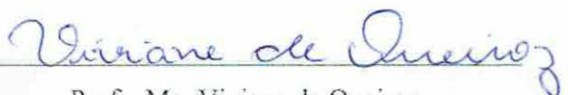
**Banca Examinadora**



Profª. Me. Alessandra Ribeiro de Souza (Orientadora)  
Universidade Federal de Ouro Preto



Profª. Me. Paula Silva Leão  
Universidade Federal de Ouro Preto



Profª. Me. Viviane de Queiroz  
Universidade Federal de Ouro Preto

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço a minha mãe, por tratar meus sonhos como se fossem seus e por sempre acreditar em meu potencial.

A minha irmã Sthefany e a minha prima Suelen, por serem meu alicerce durante todos esses anos.

Ao meu companheiro de vida, Iago, por permanecer ao meu lado durante todas as instabilidades que compõem meu dia a dia, pelo seu amor e apoio.

À Prof.<sup>a</sup> Alessandra de Souza, pelos ensinamentos e paciência durante esse período tão importante para minha formação.

Aos amigos que conquistei na UFOP, em especial à Daniela Almeida, Ana Ruggieri, Eliza Ribeiro e Laura Felizali, que se fizeram presentes nas horas boas e ruins e com quem compartilhei os melhores momentos dessa minha trajetória.

E a todos que, de forma direta ou indireta, contribuíram para que eu alcançasse essa conquista.

*Eu sou um pássaro,  
me trancam na gaiola  
e esperam que eu cante como antes.*  
- Renato Russo

## RESUMO

Este trabalho se propõe a discutir o adoecimento dos discentes mediante as particularidades apresentadas pela Universidade Federal de Ouro Preto. Sabe-se que as Universidades públicas do país encontram-se em um aspecto lamentável de precarização e sucateamento devido a um modelo de desenvolvimento que tende a transformar a educação superior em mercadoria passível de venda. A partir desse modelo de produção que visa atender as necessidades do mercado, buscou-se analisar de que forma o modo de produção capitalista tende a ocasionar o adoecimento de determinados grupos sociais, tendo em foco os universitários.

**Palavras- Chave:** Adoecimento; Discentes; Universidade.

## **ABSTRACT**

This work proposes to discuss the sickness of the students through the particularities presented by the Federal University of Ouro Preto. It is known that the public universities of the country are in a lamentable aspect of precarization and scrapping due to a model of development that tends to transform the higher education into merchandise that can be sold. From this model of production that aims to meet the needs of the market, we sought to analyze how the capitalist mode of production tends to cause the sickness of certain social groups, focusing on university students.

**Keywords:** Adoecimento; Students; University.



## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

ANDIFES – Associação Nacional de Dirigentes das Instituições Federais do Ensino Superior

CAPS – Centro de Atenção Psicossocial

DORT – Doenças Osteomusculares. Relacionadas ao Trabalho

EAD – Ensino a Distância

FONOPRACE – Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Estudantis

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICHS – Instituto de Ciências Humanas e Sociais

ICSA – Instituto de Ciências Sociais e Aplicadas

LDB – Lei de Diretrizes e Bases

LER – Lesões por Esforço Repetitivo

MEC – Ministério da Educação

NACE – Núcleo de Assuntos Comunitários Estudantis

OMS – Organização Mundial da Saúde

ONG – Organização Não- Governamental

OPAS – Organização Pan-Americana de Saúde

PME – Pesquisa Mensal do Emprego

PNAES – Programa Nacional de Assistência Estudantil

PNE – Plano Nacional de Educação (PNE)

PRACE – Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários e Estudantis

PSF – Programa Saúde da Família

REUNI – Reestruturação e Expansão das Universidades Federais

TCLE – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

UERJ – Universidade do Estado do Rio de Janeiro

UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais

UFOP – Universidade Federal de Ouro Preto

USP – Universidade De São Paulo

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Distância da cidade de origem em relação à Mariana. ....	39
Gráfico 2 - Frequência com que retorna a cidade de origem. ....	40
Gráfico 3 - Em relação à moradia. ....	40
Gráfico 4 - Recebimento de bolsa ou auxílio da Universidade. ....	41
Gráfico 5 - Ocupação no mercado de trabalho. ....	42
Gráfico 6 - Adoecimento antes do ingresso na UFOP. ....	43
Gráfico 7 - Interferência na vida pessoal por causa da vida acadêmica. ....	44
Gráfico 8 - Uso de medicamento controlado. ....	44
Gráfico 9 - Participação em atividades acadêmicas. ....	45
Gráfico 10 - Carga horária semanal dedicada as atividades da Universidade. ....	46
Gráfico 11 - Tempo em que está inserido na UFOP. ....	46
Gráfico 12 - Relações abusivas em sala de aula. ....	47

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	10
1 A SOCIEDADE CAPITALISTA E SUA DINÂMICA ADOECEDORA .....	12
1.1 O Advento do Capitalismo .....	12
1.2 O Adoecimento na Sociedade Capitalista .....	16
2 A MERCANTILIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO E O PROCESSO DE ADOECIMENTO DENTRO DAS UNIVERSIDADES .....	24
2.1 A precarização da política de educação superior no Brasil .....	24
2.2 O Adoecimento dentro do ambiente acadêmico .....	31
2.3 A Universidade Federal de Ouro Preto .....	34
3 AS DETERMINAÇÕES DO ADOECIMENTO DOS ESTUDANTES DA UFOP .....	38
3.1 A percepção dos estudantes sobre o adoecimento. ....	38
3.2 As determinações do adoecimento na perspectiva de uma profissional .....	50
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	55
REFERÊNCIAS .....	57
ANEXOS .....	60

## INTRODUÇÃO

A presente pesquisa tem como tema O adoecimento dos discentes na Universidade Federal de Ouro Preto, tendo em vista as conjunturas atuais de uma sociedade cada vez mais adoecida, tornou-se de suma importância analisar as particularidades que essa problemática apresenta em um espaço voltado a produção de conhecimento.

O interesse pelo assunto surgiu no decorrer do período de graduação marcado pelo vivenciamento de instabilidades psicológicas e emocionais, que ocasionou no questionamento sobre a realidade vivenciada por outros estudantes.

Os objetivos propostos consistiam em revisar as bibliografias já existentes sobre o tema; desenvolver pesquisa com os discentes do campus de Mariana; traçar perfis universitários com maior índice de adoecimento; pesquisar a relação da sociedade capitalista com essa problemática.

O método utilizado para aproximação ao objeto de pesquisa foi o método materialista histórico dialético de Marx no qual segundo Netto:

O método não é um conjunto de regras formais que se “aplicam” a um objeto que foi recortado para uma investigação determinada nem, menos ainda, um conjunto de regras que o sujeito que pesquisa recolhe, conforme a sua vontade, para “enquadrar” o seu objeto de investigação (NETTO, 2011, p.52).

Sendo assim o método é um caminho de investigação no qual o objeto de estudo será analisado em torno de três categorias centrais, são elas: a totalidade, que é uma “totalidade dinâmica”; perpassando as contradições inerentes a ela; e as mediações que as articulam (NETTO, 2011).

A metodologia utilizada baseou-se na: pesquisa bibliográfica, aplicação de questionários e entrevista. Como público alvo tivemos a servidora pública que atua como psicóloga na Universidade Federal de Ouro Preto ha dois anos e os alunos dos campus de Mariana, ICSA e ICBS. Os questionários foram aplicados via plataforma google docs e divulgado através das redes sociais e e-mails, com o objetivo de analisar as especificidades vivenciadas pelos estudantes dentro da UFOP, e a entrevista visou abordar o ponto de vista da profissional que atua frente à problemática do adoecimento, sendo os participantes convidados a se inserir através do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e suas identidades mantidas em sigilo.

O período de coleta de dados ocorreu entre o dia 13 de maio de 2018 ao dia 13 de junho, tratou-se de uma pesquisa quanti qualitativa e a entrevista foi realizada no dia 22 de junho no Núcleo de Assuntos Comunitários e Estudantis (NACE) em Mariana.

No primeiro capítulo buscamos discutir a sociedade capitalista, interpretando as particularidades históricas do nosso modelo de sociabilidade burguesa, que têm como determinante, relações sociais intermediadas pelo mercado e indivíduos ordenados por uma ótica de produção desenfreada. Tivemos como principais referências Netto; Braz, Campos e Lourenço.

No segundo capítulo abordamos a mercantilização da educação e o processo de adoecimento dentro do ambiente acadêmico, tendo com referências os autores Cislighi; Silva, Sobrinho e Ayres. Foi discutida a precarização da política de educação superior no Brasil tendo em vista que essa, assim como as demais políticas públicas, com a intensificação do neoliberalismo tornaram-se ainda mais fragilizadas e precárias, atingindo diretamente as universidades públicas e os milhares de estudantes. E já no último capítulo apresentamos os dados coletados através dos 129 questionários respondidos, a entrevista e sua mediante análise.

A importância que se apresenta a partir da realização desse estudo, abrange a necessidade em se estimular o debate acerca do adoecimento dos discentes, visando possibilitar iniciativas que tratem esse tema como assunto de extrema urgência, colocando em foco não só a facilitação da permanência de tais sujeitos na Universidade, como também sua própria sobrevivência.

## **1 A SOCIEDADE CAPITALISTA E SUA DINÂMICA ADOECEDORA**

Neste capítulo será abordado de que forma o capitalismo tende a ocasionar o adoecimento das classes que o compõe. Buscaremos resgatar o processo histórico do desenvolvimento das sociedade capitalista e das que a antecederam. Buscando apresentar os processos de trabalho nesse modo de produção, sua complexidade decorrente da inserção de novas tecnologias e como sua dinâmica adoecedora tende a repercutir na vida dos trabalhadores.

### **1.1 O Advento do Capitalismo**

Para compreender como se formulou e consolidou o capitalismo vigente é importante entender seu surgimento, e a contradição entre capital e trabalho, característica fundamental desse modo de produção.

Segundo Netto e Braz (2012) para que se fosse possível desenvolver o modo de produção capitalista foi necessário a existência de homens que dispusessem de sua força de trabalho e homens com meios para comprá-las. Essa diferenciação entre eles é produto do processo de acumulação primitiva que teve início no final do século XV na Inglaterra.

A expulsão dos camponeses de suas terras pelos proprietários fundiários, fez com que estes se direcionassem para as cidades onde passariam a vender sua força de trabalho para sobreviver. Ao longo do tempo, esse processo resultou em um pólo onde se concentrava aqueles que possuíam a possibilidade de compra da força de trabalho, que futuramente formaria a burguesia e do outro a futura classe operária. Sendo esse processo de acumulação primitiva gerado no interior do feudalismo (NETTO; BRAZ, 2012).

O regime feudal foi um sistema que tinha como principal “fundamento da estrutura social” (NETTO; BRAZ, 2012, p.80) a propriedade de terra, onde o senhor cedia parte destas ao servo em troca de força de trabalho e pagamento de tributos. Tinha como prática a produção de mercadorias para troca, com o progresso das cruzadas ocorrem alterações em sua estrutura, encaminhando-se assim para sua ruína. As atividades mercantis passam a se desenvolver, ampliando a necessidade de consumo de mercadorias, articuladas através do dinheiro. Com isso os comerciantes adquirem maior visibilidade, e passam a visar à obtenção do lucro.

No decorrer dos processos de desenvolvimento das forças produtivas essa sociedade passa a exigir “novas relações (capitalistas, burguesas), mas estas eram travadas pelo Estado absolutista (que condensava relações de produção feudais). Sobreveio a Revolução Burguesa” (NETTO; BRAZ, 2012, p.86). É a partir da tomada de poder pela burguesia que se constrói as condições para a consolidação do modo de produção capitalista.

É partindo do cenário imposto por esse modelo de sociabilidade, que será possível contextualizar a dinâmica em que se desenvolvem as relações sociais definidas majoritariamente pela produção, através do Trabalho.

[...] é ele que torna possível a produção de qualquer bem, criando os valores que constituem a riqueza social [...] Entretanto, o trabalho é muito mais que um tema ou um elemento teórico da Economia Política. De fato, trata-se de uma categoria que, além de indispensável para a compreensão da atividade econômica, faz referência ao próprio modo de ser dos homens e da sociedade (NETTO; BRAZ, 2012, p. 41).

De acordo com Campos (2016) o trabalho além de ser essencial para a reprodução social, consiste também em uma ação teleológica previamente idealizada, através dele que o homem cria as condições necessárias para a sua sobrevivência. Contudo no modo de produção capitalista o trabalho é transformado apenas em produtor de mais-valia<sup>1</sup>, sendo apenas alienante, onde o trabalhador para de se reconhecer naquilo que ele mesmo produz. Como não possui nada além da força de trabalho, será cotidianamente explorado e forçado a abdicar sua força mental e física como modo de sobrevivência.

Quanto mais riqueza produz, mais pobre o trabalhador se torna. Constitui-se, enquanto mercadoria, mais miserável do que qualquer outra, mais barata e mais desvalorizada. No capital temos uma completa inversão de valores; à medida que o mundo das coisas passa a ser super valorizado, a humanidade sofre uma completa degradação. Quanto mais objetos o trabalhador produz, menos dispõe de condições para possuí-los e tanto mais fica imbuído nos mecanismos de dominação do capital, aliena-se em si mesmo, deixando de se pertencer (CAMPOS, 2016, p. 805).

Sendo assim, o produto do trabalho humano passa então a valer mais do que o próprio homem ou mulher que o produz. Lourenço (2008) reforça o debate ao afirmar que a partir do século XIX o fruto do trabalho humano passa a ser estranho ao trabalhador, como se o produto fosse independente do produtor. Isso se dá pelos desgastes sofridos nas diversas dimensões da produção, da precarização à desumanização, que reduz o homem a apenas mão de obra. Sendo desprovido de qualquer outro meio de sobrevivência além da força de trabalho, o sujeito é constantemente vitimizado na contemporaneidade da miséria.

---

<sup>1</sup> Categoria formulada por Karl Marx que representa o trabalho excedente não pago.

Todos esses embates surgiram e se intensificaram com as transformações do capitalismo ao longo dos séculos. Sabe-se que o desenvolvimento desse modo de produção passou por diferentes fases que caracterizaram determinados tempos históricos. Segundo Netto; Braz (2012) o primeiro estágio do capitalismo foi o comercial, que se estendeu do início do século XVI ao século XVIII, abrangendo o período de acumulação primitiva ao estabelecimento da manufatura, uma das características dessa fase é o surgimento da burguesia como uma classe revolucionária que visava o enfrentamento das relações feudais de produção.

A próxima fase do capitalismo se dará a partir das mudanças políticas ocorridas através da revolução burguesa, e o nascimento da grande indústria. Essa fase é conhecida como concorrencial marcada pela consolidação do capitalismo na Europa Ocidental, têm início no século XVIII se estendendo até o século XIX. Caracteriza-se pela criação do mercado mundial, a livre iniciativa e as lutas de classes representadas pelo antagonismo entre burguesia e proletariado.

Já a partir do século XX, de acordo com Netto (2011) vão ocorrer modificações na estrutura econômica, tendo início a fase monopolista do capitalismo que se caracteriza pelo controle do mercado por parte do sistema bancário e de concessão de crédito. A dinâmica econômica passa a sofrer influência da organização monopolística com o aumento dos preços das mercadorias que são produzidas pelos monopólios, pelo aumento da acumulação das taxas de lucro e introdução de novas tecnologias reduzindo o uso do trabalho vivo, favorecendo assim o aumento do exército industrial de reserva.

Ocorre também a elevação da apropriação da produção pela esfera privada e o tensionamento da relação entre forças produtivas e relação de produção, na medida que intensifica o incentivo a novas tecnologias e sua inserção na produção. Com relação às medidas sociais, no capitalismo monopolista as políticas sociais tendem a cumprir um papel de preservar e controlar as forças de trabalho assegurando as condições adequadas ao desenvolvimento monopolista.

Em todas as suas fases citadas até então o capitalismo conserva uma característica específica, sua dinâmica se apresenta de forma instável, sendo seus períodos de prosperidades sempre sucedidos por crises, com base em Netto; Braz (2012), essas crises não representam uma anomalia desse modo de produção, elas são partes integradas do capitalismo. No capitalismo as crises aparecem devido a produções de bens acima do que se é consumido pelo mercado “na crise capitalista, a oferta de mercadorias torna-se excessiva em relação a procura (demanda) e, então, restringe-se ao limite a produção” (NETTO; BRAZ, 2012, p. 171).



Essas crises cíclicas, provocadas pelas próprias contradições presentes no capitalismo em cada tempo histórico, também vêm apresentando características específicas. Como a crise de 1929, que ficou conhecida como a grande depressão, causada pela superprodução de bens, onde se produziu mais do que o mercado conseguiu consumir, “configura-se uma superabundância de capitais e uma escassez de lucros, produzindo o desemprego generalizado e a queda do consumo” (BEHRING; BOSCHETTI, 2009, p.70), as medidas para a superação dessa crise se deram visando a reativação dos empregos e o consumo.

As autoras Behring e Boschetti (2009) trazem que essa crise também marcou o desenvolvimento das políticas sociais, devido ao fato de que o período sucedeu o seu término ter sido reconhecido como de amplo avanço social. Como é o caso do estado de bem estar social conhecido com “Welfare State”, onde ocorreu a possibilidade de “políticas abrangentes e mais universalizadas, baseadas na cidadania, de compromisso governamental com o aumento de recursos para a expansão de benefícios sociais” (BEHRING; BOSCHETTI, 2009, p. 92). Contudo esses avanços também foram resultado das reivindicações por parte da classe trabalhadora no século XIX.

Segundo Carcanholo (2011) na década de 60 o capitalismo vai sofrer uma crise estrutural provocada pela superprodução que conseqüentemente gerou uma queda drástica das taxas de lucro, os meios pelo qual se superou essa crise se construiu o chamado capitalismo contemporâneo. Como uma das respostas a crise podemos citar a reestruturação produtiva e a intensificação da produção de mais-valia decorrente das reformas no mercado de trabalho, como apresentado a baixo:

(...) o processo de reestruturação produtiva que, dentre outros aspectos, promoveu a redução dos tempos de rotação do capital e, portanto, elevou a taxa anual ou periódica de mais-valia, conseqüentemente da taxa anual ou periódica de lucro (Marx, 1988, vol. III, seção II); (ii) as reformas estruturais nos mercados de trabalho que implicaram no aumento da taxa de mais valia, tanto nos países centrais da acumulação mundial de capital quanto nos países periféricos; (iii) o aumento da parcela do valor produzido pelo capitalismo periférico para a apropriação/acumulação nos países centrais, seja por mecanismos ligados à concorrência dentro e entre setores produtores de mercadorias, ou ainda por formas de remessa de recursos como serviço da dívida externa e transferência de lucros e dividendos, em função do investimento direto estrangeiro; (iv) a expansão dos mercados, dada a intensificação dos processos de abertura comercial e liberalização financeira, que estão na raiz do processo dado em (iii); (v) a mudança da lógica de apropriação/acumulação do capital, segundo as determinações dadas pelo que Marx denominou de capital fictício (CARCANHOLO, 2011, p. 74).

Esse capital fictício consiste num direito de se apropriar de um valor futuro, apoderando-se de algo que ainda será criado.

Já a crise de 2008, se deu pelo mercado imobiliário americano que se sustentou sob o financiamento de crédito hipotecário. Ocorreu devido à supervalorização dos imóveis, onde a população com o intuito de gerar investimentos passou a obter empréstimos tendo o imóvel como garantia, isso foi possível devido ao fato das taxas dos juros serem baixíssimas e as possibilidades de crédito enormes.

Mas como medida para conter a inflação que assolava o país, o governo aumentou as taxas de juros e diminuiu a concessão de créditos, causando uma desvalorização desses imóveis. Como consequência a crise atingiu os países de economia periféricas, com a diminuição do preço dos produtos que eram exportados, a instabilidade cambial e a redução de exportações, dificultando ainda mais a inserção desses países na economia mundial (CARCANHOLO 2011).

Tendo em vista esse debate sobre o desenvolvimento do capitalismo e suas características históricas<sup>2</sup> moldadas sobre crises, observa-se que mesmo havendo mudanças em sua dinâmica econômica e estrutural, esse modo de produção sempre conserva suas contradições. A cada nova fase de seu desenvolvimento, seus meio de exploração e capacitação da vitalidade dos indivíduos se agravam.

Buscaremos a seguir indicar algumas das determinações decorrentes da sociabilidade capitalista que contribuem e ou ocasionam o adoecimento dos sujeitos.

## **1.2 O Adoecimento na Sociedade Capitalista**

Partindo do que é apresentado pelos autores Antunes e Praun (2015), a divisão social do trabalho remodelou assim como as formas de exploração, a maneira que se estrutura e compõe a classe trabalhadora. Os autores ressaltam que a partir de 1990 com a reestruturação produtiva o trabalho ganhou uma nova forma marcada pela flexibilização e informalidade que resultou não só nas terceirizações, como também no adoecimento do trabalhador.

---

<sup>2</sup> A consolidação do capitalismo no Brasil possui características particulares tendo em vista que este é um país de capital periférico, que carrega de seu processo de colonização uma herança de subordinação e dependência ao mercado mundial. As autoras Behring; Boschetti (2009) trazem o debate de Florestan Fernandes em relação à formação social brasileira, apontando que alguns processos decisivos “como a ruptura com a homogeneidade da aristocracia agrária, ao lado do surgimento de novos agentes econômicos, sob a pressão da divisão do trabalho” (BEHRING; BOSCHETTI, 2009, p. 73) e a ruptura com o passado do país com a proclamação da independência onde o poder passou-se a ser organizado a partir de dentro, são características que moldaram o desenvolvimento do capitalismo brasileiro.

A referida reestruturação produtiva é uma das respostas dadas a crise do capital, que levou ao fim os anos dourados do capitalismo, no início da década de 1970, período caracterizado por uma grande expansão econômica e crescimento das taxas de lucro. Como tentativa de frear as constantes crises episódicas no capitalismo, buscou-se intensificar a exploração do trabalhador ocorrendo um deslocamento de varias unidades produtivas para áreas mais passíveis a exploração (NETTO; BRAZ, 2012).

Pelo fato do Brasil ser um país onde os direitos sociais não foram efetivados de forma concreta, devido ao desmonte da seguridade social que ocorreu logo após sua previsão em 1988, a reestruturação produtiva vai apresentar “características particulares” intensificando tanto as desigualdades sociais quanto as problemáticas já existentes no mundo do trabalho (MARTINS; MOLINARO, 2013).

A reestruturação produtiva também vai incidir diretamente na vida do trabalhador, que passa a ser refém de um mercado de trabalho cada vez mais restrito. Fatores como, o aumento da taxa de desemprego, aumento da terceirização, da precarização dos postos de trabalho e do trabalho cada vez mais flexível e sem vínculos empregatícios vão atuar de forma massacrante sob a saúde do individuo.

As mudanças drásticas no mundo do trabalho ocasionadas por esse novo modelo de desenvolvimento econômico, em um país como o Brasil de capitalismo dependente e tardio, tende a atingir diretamente a população mais marginalizada, pois se esta já se encontrava excluída, com a crescente flexibilização e desintegração de vários postos de trabalho, sua possibilidade de se tornar parte da população assegurada pelos direitos básicos trabalhistas, tornam-se quase inexistentes.

Do ponto de vista estrutural destaca-se o crescimento desordenado do setor terciário (comércio e serviços), aumento dos níveis de desocupação e desemprego, crescimento expressivo da informalidade nas relações de trabalho, perda na sua qualidade dos postos de trabalho e a estagnação relativa dos rendimentos médios oriundos do trabalho (MARTINS; MOLINARO, 2013, p. 1669).

O desemprego e os níveis de desocupação são problemáticas que também são intensificadas pela introdução de novas tecnologias nos processos de produção que proporcionam de forma crescente um aumento devastador na produção de bens e conseqüentemente diminui a necessidade de mão de obra. Visto que a sociedade capitalista está sempre em busca do aumento do lucro, o avanço da tecnologia não simbolizou um avanço social. Esta poderia ter sido utilizada para diminuir a carga de trabalho proporcionando ao trabalhador a liberdade de exercer outras funções, ao invés de ser utilizada

como incremento a mão de obra. Essa introdução também vai acarretar na exclusão de grande parte dos trabalhadores do processo de produção, a partir da necessidade que se instaura de uma força de trabalho mais capacitada e instruída em relação a novas tecnologias.

Um ponto importante a se ressaltar acerca do modo de produção capitalista é a forma como o Trabalho se apresenta. De acordo com Bisneto (2011), a sociedade acaba por definir o comportamento humano considerado padrão em cada tipo de convivência, sendo que na sociedade capitalista, os valores são definidos de modo a manter as posições de poder utilizando-se ideologias de modo a justificar esse interesse. Sendo assim o trabalho nesse tipo de sociedade não poderia se apresentar de outra forma a não ser alienante, com um fim pré-determinado, visando à formação de uma consciência coletiva apta a aceitar de bom grado o novo modelo de exploração.

Com a intensificação de algumas medidas neoliberais como as privatizações e terceirizações de serviços públicos, ocorre conseqüentemente uma precarização do trabalho assim como das relações sociais, cada vez mais fragmentadas. De acordo com o autor a instabilidade posta aos sujeitos como “o desemprego, a ameaça de demissão, a sobrecarga de trabalho e a perda da autonomia desvanecem os projetos de vida pessoais e comunitários, conduzindo a quadros de depressão” (BISNETO, 2011, p.183), assim sendo a flexibilização do trabalho e os contratos temporários nos quais são submetidos os trabalhadores os afetam em todas as esferas da vida, essa nova forma de estruturação do trabalho movido pela anulação da subjetividade dos sujeitos tenciona ainda mais o quadro de saúde-doença.

Acredita-se que o aumento das doenças relacionadas ao trabalho pode representara expressão dos efeitos psicopatológicos da nova organização e gestão do trabalho da vida das pessoas. Há um expressivo aumento das lesões por Esforço Repetitivo (LER) e das Doenças Osteomusculares. Relacionadas ao Trabalho (DORT), acompanhadas também do avanço do sofrimento psíquico (LOURENÇO, 2008, p. 03).

O novo modo com que se organiza o trabalho representa um nível patológico de incidência na vida dos indivíduos, doenças físicas como as citadas acima e relacionadas ao psíquico passam a ser freqüentes no cotidiano do trabalhador. Entretanto segundo Lourenço (2008) o adoecimento do trabalhador ainda tende a ser tratado como um problema individual e não como uma instabilidade no ambiente de trabalho mesmo com o fato da relação trabalho e doença já ter sido explanado por diversos autores ao longo das décadas.

Outro ponto importante, é a exclusão social fruto da distribuição desigual, que nesse contexto se apresenta como outro elemento que tende a atingir patologicamente os sujeitos.

As várias formas de exclusão social têm uma capacidade patogênica na subjetividade dos indivíduos. E, atualmente, os excluídos vêm de diversos segmentos sociais, não só dos tradicionalmente pobres. No atual momento de crise social, há um aumento da expressão de várias formas de mal-estar e sofrimento mentais, de aumento da violência cotidiana (BISNETO, 2011, p. 184).

Essa diversificação da camada excluída traz um novo perfil para a exclusão social que não se limita só aos mais pobres, abrangendo níveis médios. Sabe-se que grande parte da população não possui seus direitos efetivados na prática, o acesso a saúde se dá de forma precarizada visto o número de recurso reduzido que é destinado a essa política. Já a assistência se encontra cada vez mais focalizada e limitada a níveis de pobreza extrema. Esses fatores juntamente com a não possibilidade de inclusão no mercado de trabalho também tensiona o mal-estar dos indivíduos.

É importante ressaltar que essa inclusão no mercado de trabalho quando se torna possível é realizada sob condições precárias, Lourenço (2008) apresenta uma discussão sobre o que foi estudado por Engels no século XIX a respeito da exploração do trabalhador num período marcado pela revolução industrial. As condições precárias a que eram submetidos no interior das fábricas, a não responsabilização do empregador em casos de acidentes e a falta de uma cobertura social que resguardasse os operários. Com base nisso, percebe-se que as condições de trabalho desde épocas mais remotas são marcadas por extrema precarização e exploração, o que se modificou ao longo do tempo foi a forma como ela se apresentou. Se antes eram representadas por ambientes insalubres e longas jornadas de trabalho, agora aparecem “mascaradas” por inúmeras leis trabalhistas, que não possuem condições de oferecer uma vida plena e dignificadora, a qual é impossibilitada neste modo de produção. Temos como exemplo a Consolidação das Leis Trabalhistas, promulgada em 1943 no governo Vargas unindo as legislações trabalhistas já existentes no país, representando o desfecho do período introdutório da política social brasileira “que sela o modelo corporativista e fragmentado do reconhecimento dos direitos no Brasil” (BEHRING; BOSCHETTI, 2009, p. 108). Essa precarização do trabalho que buscamos evidenciar até o momento se soma à ausência ou a precariedade dos direitos sociais

Os avanços sociais que foram alcançados pelos trabalhadores de modo a beneficiá-los, como as políticas sociais, foram frutos de um longo processo de reivindicação. Essas políticas surgem como uma resposta do Estado às reivindicações da classe trabalhadora, visando garantir a ordem social através de concessões. Pois a partir de um determinado ponto histórico a questão social aparece com mais evidencia, é nesse momento que a classe trabalhadora torna-se menos passiva e passa a protestar contra a intensa exploração a qual é acometida,

assumindo um papel de protagonismo político. Para a população, a política social vai agir como garantia de direito social servindo como meio de ampliação da cidadania mesmo que atenda um público específico elaborado pelo Estado, mas ao mesmo tempo elas serão funcionais ao capital, na medida em que cumprem um papel de manutenção e apaziguamento das desigualdades sociais, não sendo capazes de executar uma mudança estrutural.

Um dos principais marcos históricos para as políticas sociais foi a Constituição de 1988 que foi palco de disputas e expectativas de mudanças para a classe trabalhadora.

Esse movimento operário e popular novo era um ingrediente político decisivo da história recente do país, que ultrapassou o controle das elites. Sua presença e sua ação interferiram na agenda política ao longo dos anos 1980 e pautaram alguns eixos na Constituinte, a exemplo de: reafirmação das liberdades democráticas; impugnação de uma vontade nacional e da soberania, com rejeição das inferências do FMI; direitos trabalhistas; e reforma agrária (BEHRING; BOSCHETTI, 2009, p. 141).

Com isso têm-se a Constituição de 88 com um processo de disputa política onde se encontravam “mobilizações e contramobilizações de projetos e interesses mais específicos” (BEHRING; BOSCHETTI, 2009, p.141) que gerou certos avanços sociais sendo um deles a implementação da seguridade social no Brasil como política pública que se regia sob o tripé: saúde, com caráter universal, a assistência pra quem dela necessita-se e a previdência com caráter contributivo. Foi influenciada pelo modelo alemão bismarckiano<sup>3</sup> que funcionava sob a lógica de seguro e o modelo inglês beveridgiano<sup>4</sup> onde os direitos possuíam caráter universal. Anteriormente a Constituição a seguridade social era mantida seguindo a lógica de seguro, onde era necessária a contribuição prévia, só atendendo a população inserida no mercado de trabalho. (BOSCHETTI, 2009).

Ao apresentar essa dualidade de seguro e universalidade, a seguridade social passou a abranger a população excluída do mercado de trabalho que dependia cada vez mais de acessibilidade a políticas públicas. Mas na década de 90, têm início um período de retrocessos na área social, sendo que os direitos garantidos pela Constituição de 88 ainda nem haviam se efetivado completamente, e já passaram a sofrer embates devido às contra reformas impostas pelos ajustes fiscais neoliberais (BOSCHETTI, 2009, p. 09).

Segundo Netto; Braz (2012) o neoliberalismo é um “conjunto ideológico” embebido de conservadorismo onde a liberdade que se prioriza é a do mercado e a

---

<sup>3</sup> O modelo bismarckiano nasceu na Alemanha, no final do século XIX em 1883, é caracterizado pelo sistema de seguros sociais, porque suas características assemelham-se às de seguros privados (BOSCHETTI, 2009, p. 02).

<sup>4</sup> Foi formulado na Inglaterra em 1942, modelo onde os direitos têm caráter universal, destinados a todos os cidadãos (BOSCHETTI, 2009, p. 02).

sociedade cumpre unicamente o papel de realizar os propósitos privados dos indivíduos. O Estado torna-se mínimo para o social e máximo para o capital, seus princípios rejeitam a intervenção do Estado na economia, propondo a iniciativa privada e mínimos investimentos para as áreas sociais.

É nesse contexto de tendência neoliberal que as políticas sociais vão ser implementadas no Brasil. Devido ao fato do Brasil ser um país de capitalismo tardio e dependente as políticas sociais vão se desenvolver de forma tardia tendo como objetivo a manutenção da reprodução da força de trabalho, o que acarretou no agravamento das desigualdades sociais que já caracterizavam o país.

Segundo Mota (2009), na década de 1990 essa realidade se agudiza quando passa a ocorrer o incentivo as políticas de transferência de renda, onde o Estado passa a transferir sua responsabilidade para a sociedade civil, sobretudo para o setor privado. O país concentrava-se em guiar as políticas econômicas em prol do desenvolvimento do mercado, onde os recursos públicos estavam destinados a déficits falaciosos reduzindo ainda mais a qualidade dos serviços sociais ofertados. Tornando-se explícito que as políticas sociais são dependentes diretamente de uma articulação com as políticas econômicas para que possa ocorrer uma priorização do social e efetivação dos direitos.

Contudo mesmo respondendo as necessidades da população precarizada, as políticas sociais não são medidas de enfrentamento direto da questão social, elas exercem a função de atender as demandas oriundas das expressões desta. Sendo cada vez mais destinada a um público específico tendo como perfil a pobreza extrema com o critério de focalização. (MOTA 2009).

Essa constante desresponsabilização do por parte do Estado com as políticas sociais que a tornam fragmentadas e focalizadas também auxiliam no processo de adoecimento do trabalhador, na medida em que não garantem de forma plena nem mesmo os direitos básicos, como saúde, alimentação e educação.

De acordo com Lourenço (2008), um fator fundamental a ser debatido acerca do adoecimento do trabalhador, é a nova forma de produção composta pelo empreendedorismo que consiste na oportunidade de criar o próprio negócio, que foi possível graças às inovações tecnológicas que abriram espaço para novas iniciativas econômicas. Segundo a autora, ser patrão de si mesmo anula a restrição das horas a serem trabalhadas, o tempo livre passa a ser tempo de produção não havendo a diferenciação entre vida social e trabalho. Outro ponto é a redução da força física e a intensificação do uso da força mental, que ocorre pelo aparato

tecnológico e o peso da responsabilidade em gerar o próprio negócio que pode acarretar no estresse e a ansiedade.

Outra problemática apresentada por Antunes e Praun (2015) é o risco no processo de individualização do trabalho, onde o trabalhador passa a romper até mesmo com os laços criados no decorrer de seu processo de produção, esse rompimento de vínculos os torna ainda mais suscetíveis aos adoecimentos, sobretudo o psíquico, contribuindo, sobretudo para o “aumento da incidência de suicídios nos locais de trabalho” (ANTUNES; PRAUN, 2015, p. 415).

Reforçando ainda mais o debate, de acordo com a Organização Pan-Americana de Saúde/ Organização Mundial da Saúde (OPAS/OMS), em um estudo realizado em 2012, mais de 10% dos entrevistados relataram sofrer problemas de saúde decorrente ao estresse no trabalho:

Da mesma forma, pesquisa argentina de 2009 mostrou que 26,7% dos profissionais relataram estresse mental relacionado as cargas excessivas de trabalho. No Brasil, um estudo sobre afastamento devido a acidentes e doenças ocupacionais descobriu que 14% dos benefícios anuais de saúde foram relacionados a transtornos mentais. Por último, pesquisa de 2011 feita pelo Chile revelou que 27,9% dos trabalhadores e 13,8% dos empregadores relataram casos de estresse e depressão em suas empresas (OPAS/OMS, 2016)

Com base nos dados citados, a carga horária de trabalho mesmo passando por reajustes ao longo dos anos ainda representa uma jornada exaustiva, ela priva o trabalhador do benéfico tempo livre, sua rotina diária é muitas vezes limitada ao tempo em que vende sua força de trabalho. Outro dado importante é a porcentagem de afastamento devido a problemas de saúde no âmbito mental, que reafirma que o debate acerca do desgaste psicológico dos indivíduos se encontra intrínseco ao trabalho.

A pressão que é exercida sobre os indivíduos no ambiente de trabalho, chega até mesmo a influenciar manifestação de vícios decorrentes de “problemas comportamentais”. Ainda em conformidade com a OPAS/OMS mais de 800.00 pessoas morrem por suicídio todos os anos, sendo que 75% dos suicídios no mundo ocorrem em países de baixa renda. A alta taxa de suicídio deve ser vista como uma expressão alarmante de uma sociedade cada vez mais adoecedora que reproduz incansavelmente a miséria de um sistema capitalista.

Ressaltamos também que os transtornos mentais ocupam o terceiro lugar em relação à causa de incapacidade que leva a aposentadoria

Partimos da compreensão de que a Saúde Mental está para além da ausência de doença psíquica. Concordamos com a OMS(2001) que a entende como um completo



estado de bem-estar físico, mental e social, que possibilita ao indivíduo a realização de suas capacidades, lidando com o estresse da vida cotidiana. Compreende um nível de qualidade de vida cognitiva ou emocional (CAMPOS, 2016, p. 809).

Assim sendo, para que o indivíduo esteja saudável, é necessário um estado de bem-estar para além do físico, abrangendo o mental, o social e sua forma de lidar e conviver com toda a pressão que a sociedade e o mercado de trabalho exercem sobre ele.

Mas, para além de todo estresse inerente ao ambiente de trabalho, é necessário reforçar que os próprios valores a que são submetidos o indivíduo, onde são determinados padrões a serem seguidos em toda a esfera da vida, seja social ou particular, exerce uma opressão que massacra as inúmeras subjetividades que compõe cada ser. É nesse contexto que se torna imprescindível fazer um recorte sobre uma parcela específica da população.

Com base em Fonseca (1997) não é apenas a classe social que torna capaz de expressar as desigualdades referentes à posição social. Um fator importante ao abordar a questão saúde-doença na sociedade capitalista é a delimitação de gênero. Ser mulher é sofrer duplamente a opressão imposta, que se agrava ainda mais com seu tom de pele e sua opção sexual. A ditadura de um modelo físico padronizado, a popularidade que enriquece o tão deslumbrante status social, passa a determinar o gênero a ser predestinado a um perfil de vítima já moldado e reforçado pela herança do patriarcado brasileiro, que se continua a se reproduzir na sociabilidade burguesa, onde as propriedades privadas ainda abrangem corpos.

Um ponto importante é no que diz respeito as relações hierárquicas existentes no mundo do trabalho que proporcionam o aumento da subordinação a respeito da mulher, que se abrange para as outras esferas da vida. Como por exemplo, com a globalização e as políticas neoliberais tendem a agravar as questões decorrentes da desigualdade de gênero (COSTA *et al.*, 2004).

A remuneração desigual para cargos semelhantes, a dupla jornada de trabalho e a dificuldade de ascensão profissional mesmo quando o índice de escolaridade e desempenho são superiores, são características ainda marcantes no nosso modelo de sociabilidade.

É de suma importância ressaltar que nossa discussão a respeito do adoecimento se dá a partir de uma concepção de classe, onde se entende que a classe trabalhadora explorada é extremamente suscetível a tais opressões. É com base nisso que o próximo capítulo discutirá a respeito do adoecimento, especificamente em relação aos estudantes das Universidades Federais, que muitas vezes não são reconhecidos como componentes da classe trabalhadora e que sofrem inúmeras das determinações já trabalhadas até então.

## 2 A MERCANTILIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO E O PROCESSO DE ADOECIMENTO DENTRO DAS UNIVERSIDADES

Este capítulo trará a discussão a respeito da educação e sua constante mercantilização, partindo do pressuposto de que a educação superior como direito, sofre cada vez mais embates, privatizações e a ausência de recursos públicos suficientes para sua manutenção, precarizam ainda mais o ensino. Os cortes de bolsas e auxílios para estudantes tornam-se mais um empecilho na oferta de uma educação qualificada e mais um fator que tende a possibilitar seu adoecimento.

A realidade do ensino no sistema capitalista, é que a educação assume a função de profissionalizar e atender as demandas do mercado de trabalho formando trabalhadores alienados e não pensadores. Tendo como objetivo construir conhecimento a partir de uma lógica de crescimento de mercado.

### 2.1 A precarização da política de educação superior no Brasil

A política de educação superior, no contexto brasileiro, marcado pela inserção das medidas neoliberais tende a ser extremamente afetada, passando a ser regida por uma exacerbada precarização do ensino público gratuito. Levando em consideração que a reforma universitária<sup>5</sup> se deu em pleno período ditatorial no ano de 1968, essa política também vai apresentar traços de uma herança totalitária (BENATTI; MUSTAFA 2016).

Quatro eixos de análises foram mantidos deste período aos dias atuais, que são: 1) fragmentação da educação e acesso diferenciado a níveis e etapas do ensino; 2) descaracterização da indissociabilidade ensino, pesquisa e extensão; 3) privatização como política oficial para o ensino superior; 4) autoritarismo e repressão sistemática nas instituições de ensino superior (BENATTI; MUSTAFA, 2016 *apud* MINTO; MINTO, 2016, s/p).

Ainda que esses eixos permaneçam direcionando a educação ao longo da história, para esse trabalho nos interessa estudar especificamente como elas se materializam a partir do governo petista e das medidas adotadas por este governo, como a Reestruturação e Expansão

---

<sup>5</sup>A reforma universitária mobilizou, da década de 1960, amplos setores da sociedade e na perspectiva dos estudantes, era um momento de ampliação e democratização do ensino superior em uma sociedade desigual e com uma organização educacional bem seletiva e excludente porém, os rumos tomados foram bem diferentes dos idealizados (BENATTI; MUSTAFA, 2016, p. 147).

das Universidades Federais (REUNI) e o plano de Nacional de Assistência Estudantil (PNAES).

Pode-se dizer que uma expansão significativa na educação com alterações jurídicas e institucionais ocorreu a partir dos anos 90, como a lei de diretrizes e bases (LDB)<sup>6</sup> de 1996 e o plano nacional de educação (PNE)<sup>7</sup> de 2001. Já em 2007 no governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, foi proposta uma ampliação do ensino público, um programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) de modo a promover a expansão acadêmica e física das universidades. Foi instituído no Decreto nº 6.096 em 24 de abril de 2007, conforme afirma Pacheco (2014, p. 02):

O Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), instituído por meio do Decreto nº 6.096/2007 é uma política implantada pelo Governo Federal e seu objetivo precípua é a ampliação das vagas nas instituições de ensino superior federais. A justificativa é a meta de oferta de vagas no ensino superior contida no item 4.3.1 do Plano Nacional de Educação do decênio 2001-2010 (BRASIL/CÂMARA, 2011), que estabelecia um aumento de 30% para a faixa etária de 18 a 24 anos (Lei 10.172/2001) até o final do período do plano.

Este decreto presidencial que deu origem a criação do REUNI, foi de contra a autonomia das universidades em diversos pontos como, por exemplo, sua aprovação de forma antidemocrática, com dura repressão contra estudantes e trabalhadores da área que manifestavam contra a implementação dessa expansão das universidades, a proibição de projetos próprios de expansão e a parca participação dos atores sociais em sua elaboração que defendiam a muito uma educação pública e gratuita (LIMA 2012). O REUNI propunha:

As diretrizes do programa são: I – redução das taxas de evasão, ocupação de vagas ociosas e aumento de vagas, em particular no período noturno; II- ampliação da mobilidade estudantil, com a implantação de regimes curriculares e sistemas de títulos que possibilitem a construção de itinerários formativos, mediante o aproveitamento de créditos e a circulação de estudantes entre instituições, cursos e programas de Educação Superior; III- revisão da estrutura acadêmica, com a reorganização dos cursos de graduação e atualização de metodologias de ensino-aprendizagem, buscando a constante elevação da qualidade; IV- articulação da graduação com a pós- graduação e da Educação Superior com a Educação Básica (CISLAGHI; SILVA, 2012, p. 497).

A ampliação das vagas nas universidades, segundo os autores Cislighi e Silva (2012) não garante “princípios pedagógicos básicos como o ensino presencial, condições

---

<sup>6</sup>A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB 9394/96) é a lei que regulamenta a educação no Brasil, sendo ela pública ou privada, ensino básica ao superior.

<sup>7</sup>Documento que organiza e propõe metas a serem alcançadas na educação nos próximos dez anos.

infraestruturais adequadas e professores suficientes” (CISLAGHI; SILVA, 2012, p. 498). Como por exemplo, temos a grande expansão do ensino à distância e a relação professor/aluno proposto devido a massa de estudantes ingressantes no ensino superior. Nesse ponto o REUNI vai atingir diretamente o trabalho dos docentes, na medida que sobrecarrega seu exercício profissional. O aumento de vagas não vai ser proporcional ao aumento de profissionais, assim a relação aluno/ professor vai ser de 1/18, ou seja, aumentou-se o número de ingressantes nas universidades na mesma medida que se intensificou a exploração sob o trabalhador.

Outro ponto a ser discutido é o recurso utilizado para a implementação das metas propostas pelo programa:

Para cada universidade federal que aderisse a este “termo de pactuação de metas”, ou seja, um “contrato de gestão” com o Ministério da Educação (MEC), o governo “prometia” um acréscimo de recursos limitado a 20% das despesas de custeio e pessoal. Uma análise cuidadosa do parágrafo terceiro dos artigos terceiro e sétimo do Decreto de criação do Reuni deixava claro em que termos ocorreria esta “expansão”, pois o atendimento aos planos foi condicionado à capacidade orçamentária e operacional do Ministério da Educação (LIMA, 2013 *apud* LIMA, 2010).

Observa-se que o recurso a ser destinado a implementação das metas seria limitado a 20 %, o recurso não seria proporcional ao crescimento das universidades públicas. O que foi confirmado, segundo Lima (2013), pelo Sindicato Nacional dos Docentes Das Instituições de Ensino Superior. De acordo com a autora, uma notícia do dia 27 de agosto de 2009 afirma que nos primeiros dois anos de implementação do projeto os 2,5 bilhões de recurso já haviam sido utilizados, não podendo assim acompanhar o crescimento desgovernado em que se encontravam as universidades. Ou seja, a ampliação das universidades não coincidiu com o aumento das verbas, algo que se nota na atualidade das universidades federais brasileiras, onde o contingente grande de alunos não conseguem ser beneficiados por uma infraestrutura de qualidade, laboratórios de informática precarizados e desatualizados, restaurantes universitários que sofrem com o aumento do preço por refeição e problemas como a incapacidade de políticas de assistência estudantil em assegurar a permanência dentro dessas universidades.

Outro ponto indispensável a ser discutido é a crescente iniciativa à educação privada e os cursos ofertados pelo Ensino a distância (EAD), que teve grande incentivo no governo do presidente Lula. Ressalto que as críticas que se referem ao EAD não se direcionam aos alunos da mesma e sim a oferta da educação de forma ainda mais precarizada, pois sabemos que o

modelo de educação a distância priva o aluno de projetos de pesquisa, extensão, palestras e todo o debate que envolve os alunos no ambiente acadêmico.

[...] o capital tem gerenciado os investimentos na área educacional e as grandes mudanças no interior da mesma, não são de ordens pedagógicas, produção de novos conhecimentos, investimentos em formação docente, pesquisa e extensão; mas, contrariando os princípios que norteiam a concepção de educação emancipatória, crítica e reflexiva, tais instituições empreendem uma verdadeira luta na “captação” de novos alunos, considerando-os meras mercadorias e passíveis de exploração e subordinação (BENATTI; MUSTAFA, 2016, p. 151).

As EADs também exercem a função de pluralizar as fontes de financiamento, juntando o público ao privado, dividindo o valor da educação com o próprio estudante de modo a reduzir os gastos.

A utilização da educação a distância como estratégica de ampliação do acesso à educação superior está também referenciada na necessidade de diversificação das fontes de financiamento da educação superior: o compartilhamento dos custos da formação com os estudantes e seus familiares; a venda de serviços educacionais e pesquisas e a reserva de vagas gratuitas nas universidades públicas para os melhores alunos, com cobrança de mensalidade para os demais (AYRES, 2017 *apud* LIMA, 2006, p. 154).

O crescimento das instituições de ensino privado e as EADS vão se intensificar pela necessidade de se adequar a educação ao avanço tecnológico, onde o ensino passa a ser uma mercadoria assim como os alunos por ele capacitados, que vão se integrar ao mercado compondo um novo exército industrial de reserva, que vai ter em comum um elevado índice de escolaridade.

O capital passa a necessitar de produtores com capacidades específicas mais qualificadas, tanto para a produção como para a circulação de mercadorias. A fragmentação e a alienação do trabalho penetram, assim, a esfera da ciência e da produção do conhecimento. Faz-se necessária, para adequar a reprodução da sociedade às necessidades da produção, a incorporação de força de trabalho qualificada nas instituições superestruturais. Por tudo isso, aumenta significativamente o número de trabalhadores que ingressam nas universidades, num processo de massificação da graduação de terceiro grau (CISLAGHI; SILVA, 2012, p. 491).

Como dito a cima, a universidade vai passar por um processo de adequação ao avanço tecnológico que orienta o mercado de trabalho, exigindo dos trabalhadores não mais só a força física e sim uma maior capacidade intelectual de responder a variadas situações.

Seguindo essa lógica, a universidade vai funcionar como um mecanismo de capacitação da força de trabalho para o capital, atendendo a necessidade do mercado ao

desenvolver ciência e tecnologia que serão incorporadas nos processos de produção, como resultado acaba que o que é produzido dentro das Universidades públicas não retornam para o público e sim para as empresas privadas, pois são com base nelas que as produções acadêmicas passam a se adequar (CISLAGHI 2010). Sendo assim,

Partimos do princípio de que são três as funções básicas das universidades hoje: a formação de força de trabalho intelectual, o desenvolvimento de ciência e tecnologia e da ideologia. As universidades estão sendo, dentro dessas funções, modeladas pelas necessidades do capital, e no caso brasileiro, pelas necessidades do capital num país periférico (CISLAGHI, 2010, p. 18).

Toda essa mercantilização que parte do capital acerca da educação também é debatido pelos autores Aquino; Borges (2012), que trazem a dualidade dessa política de expansão da educação superior. Não se pode negar que essa expansão representou uma possibilidade de maior acesso a rede de ensino as variadas camadas sociais, mas ao mesmo tempo traz consigo controversas, como os já citados poucos investimentos nas universidades públicas, que só conseguem abarcar o novo contingente de alunos de forma precária, a falta de infraestrutura e de condições de oferta de um ensino qualificado, caracterizando a expansão do ensino superior como um exemplo claro do sucateamento da universidade pública.

A contradição do discurso é que, na prática, houve diminuição dos investimentos públicos em educação em todos os níveis e os sucessivos cortes orçamentários atingiram o sistema universitário federal, impedindo sua expansão e provocando o sucateamento das universidades existentes. Nesse sentido, os dados da Associação Nacional de Dirigentes das Instituições Federais do Ensino Superior (Andifes) revelam que, no período de 1995-2001, as 54 instituições federais do Ensino Superior Públicas perderam 24% dos recursos para custeio (pessoal, água, luz, telefone e materiais diversos) e 77% de recursos para investimentos em salas de aulas laboratórios, computadores e acervo bibliográfico, apesar do número de alunos ter aumentado (BORGES; AQUINO, 2012 *apud* MICHELOTTO; COELO; ZAINKO, 2006, s/p).

Essa expansão na oferta do número de vagas, que também se deu pelas políticas de ações afirmativas<sup>8</sup>, gerou uma diversificação dos perfis dos jovens que se inseriram nas universidades, sendo que muitos apresentam uma série de dificuldades socioeconômicas (AIRES, 2017) aumentando-se assim a necessidade de políticas que assegurassem a permanência dos mesmos nas universidades, o que não ocorreu proporcionalmente. A dificuldade em permanecer nessas instituições apresenta uma problemática característica da

---

<sup>8</sup>Ações afirmativas são políticas públicas feitas pelo governo ou pela iniciativa privada com o objetivo de corrigir desigualdades raciais presentes na sociedade, acumuladas ao longo de anos. Uma ação afirmativa busca oferecer igualdade de oportunidades a todos (MINISTÉRIO DE DIREITOS HUMANOS, S/D).

educação atual, o número reduzido de bolsas ofertadas pela assistência estudantil, que não consegue abarcar o grande contingente de alunos e os procedimentos burocráticos que dificultam o acesso as mesmas.

De acordo com Vargas (2011), a assistência estudantil é um fator decisivo para a permanência e até mesmo no ingresso ao ensino superior, que se tornou para grande parcela da população um dos únicos meios de se ingressar no mercado de trabalho concorrendo a uma vaga de maior prestígio e melhor remuneração.

Ela visa diminuir as desigualdades sociais de modo a garantir a permanência dos alunos nas instituições de ensino, atuando sob o critério de vulnerabilidade socioeconômica, indo do acesso a cultura à assistência a saúde. Consiste em um projeto do Estado que fornece “medidas para combater situações como repetência e evasão” (AYRES, 2017, p. 38).

Em dezembro de 2007, no rastro do Reuni, o governo instituiu, através da Portaria Normativa nº 39, do MEC, o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), a ser implementado a partir de 2008. O programa considera “a centralidade da assistência estudantil como estratégia de combate às desigualdades sociais e regionais, bem como sua importância para a ampliação e a democratização das condições de acesso e permanência dos jovens no ensino superior público federal” (Portaria nº 39) (CILAGHI; SILVA, 2012, p. 499-500).

Contudo, mesmo com a criação de políticas de ação afirmativa, as oportunidades desiguais de acesso ao ensino superior continuaram existentes na educação do país principalmente nas redes públicas de ensino, tal desigualdade se agudiza ainda mais quando somada as variáveis de cor e classe.

Se as probabilidades de acesso são menores para os estudantes oriundos das classes populares, por sua vez, o risco de evasão e retenção é maior para esses indivíduos do que para aquele pertencente às classes médias e altas. Com base em dados da Pesquisa Mensal do Emprego (PME), efetuada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), referentes ao período entre 1994 e 2001, coletados em seis regiões metropolitanas do Brasil, entre elas Belo Horizonte, Mello (2007) concluiu que variáveis como renda familiar, escolaridade paterna e ocupação do chefe da família influenciam não somente as probabilidades de ingresso no ensino superior, mas também os riscos de evasão (VARGAS, 2011, s/p).

Mas as problemáticas que envolvem as universidades, de acordo com Sobrinho (2005) também perpassam por um fator de suma importância para o debate. É necessário considerar o fenômeno da globalização, que caracteriza a sociedade produtiva, fragmentando e complexificando a realidade dos sujeitos.

A globalização atinge todas as dimensões da sociedade, altera, expande e cria novas demandas sejam elas sociais ou mercantis. A universidade como parte integrada da sociedade

e produtora de força de trabalho intelectual acaba sendo diretamente afetada pela nova lógica de desenvolvimento.

É bem verdade que muitos dos problemas são comuns tanto á universidade em particular quanto á sociedade em geral. Porém, se a universidade não toma distância crítica para melhor ver a sociedade, ela se perde, e, então, perde a sociedade sua mais legítima instância de reflexão e de síntese. Se a universidade adere acriticamente aos “objetivos” da sociedade, hoje mais identificados com a orientação tecnocrática e gestonária, ela abdica de sua função de formação. De educação e de autonomização dos sujeitos, em favor da organização da produção e de um pretendido controle das relações entre indivíduos (SOBRINHO, 2005, s/p).

É certo que os processos de globalização beneficiaram em grandes avanços, sejam na área da saúde como nas áreas de produção, mas foi ela a responsável pela agudização da miséria e da desigualdade entre os países consumidores que controlam a distribuição do que se é produzido e os países produtores.

Segundo Sobrinho (2005) foi ela que ocasionou na transformação da universidade em um pilar de adequação a um pensamento de forma prática e sem impasses políticos e ideológicos, de forma a produzir conhecimento apenas para o desenvolvimento da produção de riquezas de modo a sustentar continuamente a lógica de mercado.

Embora a educação superior seja considerada como fundamental para o desenvolvimento sustentável os países, seu financiamento tem sido cada vez mais negligenciado pelos poderes públicos. Em quase todos os países houve uma queda considerável nos investimentos públicos da educação superior, o que beneficiou, além de outros fatores, um grande avanço das iniciativas privadas (SOBRINHO, 2005, s/p).

A política de educação sofreu e têm sofrido com o repasse mínimo de verbas para seu desenvolvimento, sabe-se que os governos que se sucederam expandiram o acesso ao ensino superior público ao mesmo tempo que também expandiram o acesso ao ensino privado, com a intenção de se diminuir os gastos com a educação, o Estado se desresponsabilizou de sua função de prover e possibilitar uma educação qualificada a população, abrindo espaço para as iniciativas privadas que passaram a ter clientes ao invés de alunos e mercadoria ao invés de educação.



## 2.2 O Adoecimento dentro do ambiente acadêmico

É nessa conjuntura de sucateamento e precarização do ensino que se faz o debate sobre as conseqüências que esses processos acarretam na vida dos discentes das universidades públicas do país que são duramente afetados.

O exorbitante índice de adoecimento entre discentes, principalmente os que se referem ao adoecimento psíquico, como o número atarrador de suicídios dentro das Universidades Públicas, que no ano de 2017 foi pauta nos noticiários e jornais, nos alerta sobre a gravidade esmagadora da realidade em que se encontra grande parte dos universitários. Somente no mês de maio, foi veiculado pelo jornal O Tempo<sup>9</sup>, dois suicídios e uma tentativa dentro do campus da UFMG, no mesmo ano no mês de abril a USP foi palco de seis tentativas de suicídio.

Professores da área de saúde de diversas Universidades Públicas que debatem a vulnerabilidade e o bem-estar do estudante, apresentaram uma pesquisa realizada pelo fórum nacional de pró reitores de assuntos comunitários e estudantis (FONOPRACE) onde buscou-se traçar um perfil socioeconômico dos universitários das instituições federais no ano de 2003.

O Fórum de Pró-reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (Fórum Nacional de Pró-reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis [FONAPRACE], 2004) realizou uma pesquisa sobre o perfil socioeconômico e cultural dos estudantes das instituições federais de ensino superior brasileiras em 2003. Entre os diversos resultados encontrados, destacam-se os relacionados ao sofrimento psíquico: 36,9% dos estudantes relataram sofrer alguma dificuldade emocional, sendo que a prevalência é maior entre os primeiros (39,5%) e os últimos anos (36,9%). Já no relatório de 2010 (FONAPRACE, 2011), o percentual de estudantes que se queixou de sofrimento psíquico foi de 47,7%, um aumento relevante. Entre estes, 29% procuraram atendimento psicológico, 9% procuraram atendimento psiquiátrico, 11% usaram ou estão usando medicação psiquiátrica e 10% procuraram atendimento psicopedagógico (PADOVANI; NEUFELD; MALTONI; BARBOSA; SOUZA; CAVALCANTI; LAMEU, 2014, s/p).

De acordo com os dados citados acima, o índice de adoecimento psíquico é superior nos primeiros e últimos anos em que estão inseridos no ambiente acadêmico, um fator que pode ser apontado como influenciador do sofrimento no início do percurso, é a dificuldade de se adaptar a essa inserção em outro meio, assim como os novos tipos de relações e situações advindas desse ingresso. Já em relação ao adoecimento na trajetória final do curso pode se dar pelas dificuldades referentes aos projetos e monografias que finalizam essa etapa, assim como

---

<sup>9</sup> Para maiores informações acessar a notícia publicada por Thuany Motta, no portal do jornal O Tempo, em maio de 2017. Disponível em: <<https://www.otempo.com.br/cidades/suic%C3%ADdios-na-ufmg-preocupam-alunos-e-coordena%C3%A7%C3%A3o-1.1476801>>. Acessado em 1 de janeiro de 2018.

a insegurança em relação a inserção no mercado de trabalho. Outro ponto é o aumento das queixas em 10,8% do ano de 2003 para 2010, que representa o agravamento em relação ao sofrimento psíquico dentro das universidades, sendo que levando em conta a proporção de alunos no qual a pesquisa não conseguiu abranger, esse número tende ser ainda maior.

Outros fatores a serem levados em consideração, é que o ambiente universitário tende a apresentar e requerer do estudante o cumprimento de determinadas demandas provenientes dessa forma de educação superior, como uma maior autonomia do indivíduo e maior capacitação de produção acadêmica. Sem levar em consideração os déficits de ensino que grande parte dos ingressantes possuem, devido a uma educação referente a um ensino médio precarizado, que não prepara o sujeito para o conteúdo aplicado no ensino superior (PADOVANI *et al.*, 2014).

Auxiliando nesse debate, as autoras Saraiva e Quixadá (2010) ressaltam que o ingresso na universidade traz consigo um emaranhado de possibilidades de absorção de novos conhecimentos e capacitação produtiva e profissional. Mas junto ao processo de formação somam-se problemáticas que não só dificultam a permanência dos sujeitos na academia como também os atingem de forma brutal, abrangendo as demais esferas de suas vidas, social e pessoal. Consistem muitas vezes em aspectos extenuantes que tendem a obrigar a adaptação a um novo ambiente, que exige uma nova forma de linguagem acadêmica, e domínio de uma escrita formalizada e padronizada.

As dificuldades de adaptação e de aprendizagem resultantes do impacto da mudança da estrutura institucional sofrido pelo aluno recém-ingresso, as quais podem se manifestar através do absenteísmo, drogadização, depressão e suicídio, ansiedade e estresse. Estes são alguns dos inúmeros quadros apresentados cotidianamente pelos alunos em sala de aula, nos corredores e outros espaços universitários, no seu percurso de formação (SARAIVA; QUIXADÁ, 2010, p. 01).

Essas manifestações físicas, comportamentais e psicológicas citadas acima ilustram as conseqüências do que foi debatido anteriormente, das problemáticas que atuam na permanência e realidade desses estudantes.

Outros dois pontos que se fazem de suma importância, é a necessidade de se levar em consideração que muitos estudantes migram de sua cidade de origem para se residir nas cidades em que se situam o campus das Universidades, ocorrendo um possível choque cultural resultante da mudança de costumes e valores. Assim como reconhecer que a grande maioria dos estudantes passam pela transição da fase da adolescência para a adulta dentro do ambiente acadêmico, tendo que lidar com os processos que acompanham a maturidade sexual, afetiva e comportamental.

Apesar de um aparente discurso da integralidade do ser, a universidade continua tratando o discente de forma fragmenta na medida em que supervaloriza o aprendizado técnico em detrimento do crescimento integral do sujeito enquanto pessoa (SARAIVA; QUIXADÁ, 2010, p. 04).

O rompimento de antigos vínculos afetivos, como os estabelecidos no decorrer da educação primária e ensino médio, a necessidade de restabelecê-los em um novo ambiente e a distancia que muitos mantêm dos componentes familiares, são agravantes que também devem ser levados em consideração.

As elevadas expectativas que acompanham uma nova etapa da vida é por vezes abalada pela aspiração profissional que ganha peso dentro da universidade, com a competição por produção e alto rendimento acadêmico. A carga horária de aulas muitas vezes excessivas, receio do fracasso profissional acabam por ocasionar o desgaste físico e psicológico dos universitários, pois a estrutura oferecida pela vida acadêmica é exaustiva e muitas vezes massacrante.

Outro ponto indispensável de se debater é que mesmo que nossa análise se restrinja a realidade dos discentes o adoecimento dentro dos muros das universidades se expande a todo quadro de trabalhadores, inclusive dos docentes que têm esse ambiente como um espaço de desenvolvimento de um olhar crítico e rebatimentos do contexto histórico em que vivem.

A instituição universitária e sua historiografia revelam inúmeras batalhas intelectuais, com destaque às polêmicas quanto à sua função social e às tendências de circunscrição de suas práticas em torno da profissionalização. Se, por um lado, a universidade efetiva práticas voltadas à reprodução social conforme exigências de uma dada configuração histórica, econômica e política, atualmente um tanto atrelada às tendências de mercantilização da ciência, ela engendra, por outro, críticas ao seu tempo histórico e às suas próprias estruturas (SILVA, 2015 *apud* SILVA; SILVA, 2011).

A precarização da qualidade do ensino que caracteriza as universidades públicas e sua constante submissão aos interesses do capital que intensifica a comercialização da educação superior, impossibilita o pleno desenvolvimento da atuação profissional, e é nesse contexto que apresenta os sofrimentos até então interiorizados.

O que queremos ressaltar é que há uma dimensão ética e política do sofrimento do professor que só pode ser compreendida quando levamos em conta as condições objetivas de trabalho da universidade pesquisada e as características de sua expansão-interiorização. E se a questão das limitadas condições de se realizar como pesquisador foi reiterada por vários docentes do pólo interiorizado, a tônica comum dos discursos dos professores da matriz e do interior particularmente daqueles que tinham como referencial teórico o materialismo histórico-dialético e o pertencimento a uma área de humanas de notada prática junto a populações desfavorecidas, era a de que a universidade afastava-se de sua ‘função social’ e assumia uma identidade quase mercantil, forjada por avaliações heterônomas e modelo de gestão

gerencialista, indutores de sociabilidade produtiva, competitividade e rivalidade (SILVA, 2015, s/p).

Por concordar com o que foi exposto por Silva (2015) em relação aos espaços universitários e sua nova identidade, nesse momento focalizaremos o debate na UFOP abordando suas particularidades em relação à temática do adoecimento, caracterizando o perfil dos seus universitários e sua assistência estudantil.

### **2.3 A Universidade Federal de Ouro Preto<sup>10</sup>**

A Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), por meio do Decreto de Lei nº 778, foi criada no ano de 1969 em 21 de abril, em Ouro Preto, Minas Gerais, sua fundação ocorreu pela junção da Escola de Farmácia (1839) e a Escola de Minas (1876). Ao longo de quarenta e nove anos, os cursos ofertados foram ampliadas e o número de alunos no ano de 2018 gira em torno de 14.000. Essa expansão se deu em grande parte pela implementação do REUNI, atualmente são ofertado 38 cursos presenciais e 4 a distância, todos de graduação, já na pós-graduação são ofertados 9 cursos de doutorados, 3 especializações a distância e 22 de mestrado. Seu quadro de funcionários é composto por 1013 professores e 775 técnicos administrativos.

Para o objetivo dessa pesquisa, é importante que façamos um recorte para os campus da cidade de Mariana, onde será executada a presente pesquisa. Nela estão localizados o Instituto de Ciências Humanas e Sociais (ICHS), que oferece os cursos de História, Letras e Pedagogia e pós graduação em Letras, Historia e Educação, fundado no ano de 1979. E o Instituto de Ciências Sociais e Aplicadas (ICSA), esse campus possui particularidades que serão tratadas mais adiante devido ao fato de ser fruto da implementação do REUNI, fornece os cursos de Administração, Ciências Econômicas, Jornalismo e Serviço Social.

Por ter sido criado a partir desse movimento de expansão da universidade, o instituto sofre com a desigualdade de verba em relação ao campus da cidade de Ouro Preto, seu quadro de professores é extremamente reduzido, não sendo proporcional ao número de estudantes inseridos, assim como falta de infraestrutura. Como por exemplo, a instituição possui salas com goteiras e espaço físico reduzido, salas de coordenações sem linha telefônica e computadores desatualizados.

---

<sup>10</sup> As informações contidas nesse item foram extraídas do site oficial da UFOP.

Entretanto, entendendo-se que o ingresso na Universidade não garante a permanência na mesma, foi criada a Pró-reitoria Especial de Assuntos Comunitários e Estudantis (PRACE), responsável pelo programa de bolsas ofertadas pela UFOP, localizada no Morro do Cruzeiro em Ouro Preto.

A adesão da UFOP ao Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), elevou a importância da destinação dos recursos específicos para a assistência estudantil, favorecendo a criação de uma Pró-Reitoria, a Pró-reitora Especial de Assuntos Comunitários (PRACE) para execução dos serviços neste âmbito. A PRACE foi criada, inicialmente, através da Portaria Reitoria Nº 206, de 08 de maio de 2008. Em 20 de dezembro de 2012, em reunião do Conselho Universitário (o órgão máximo deliberativo), o estatuto da UFOP foi alterado em seu artigo 17 com a inclusão do inciso XIX que instituiu a Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários Estudantis. Desta forma os programas de assistência estudantil são atividades continuadas que visam à melhoria da vida acadêmica dos estudantes de graduação e pós-graduação da UFOP, na modalidade presencial, e têm como objetivos equalizar oportunidades aos estudantes em condições socioeconômicas desfavoráveis, bem como viabilizar acesso a direitos sociais básicos, como alimentação, transporte e moradia, e incentivar ações (AYRES, 2017, p. 52).

Já na cidade de Mariana existe o Núcleo de Assuntos Comunitários Estudantis (NACE) que é um órgão vinculado a PRACE, responsável pela política de assistência estudantil dos campos localizados nesse município. Atualmente são ofertados pela PRACE, bolsa alimentação, permanência e auxílio moradia. Os candidatos passam por uma avaliação socioeconômica, que vai classificá-los de acordo com categorias, sendo elas A, B, C, D e E.

A categoria A representa os estudantes que possuem uma maior dificuldade em permanecer na universidade, os estudantes classificados nessa categoria recebem o valor de 100% de bolsa. A categoria B corresponde aos estudantes com dificuldade em permanecer na Universidade, os classificados nessa categoria recebem 75% de bolsa. A categoria C, vai representar aqueles com uma dificuldade média em permanecer na universidade, correspondendo a 50% de bolsa. A categoria D corresponde a 25% de bolsa, para alunos com baixa dificuldade em conseguir permanecer e a categoria E para alunos que não se enquadram no perfil para recebimento. Todos os estudantes que são classificados nas categorias de recebimento, devem manter o coeficiente igual ou superior a 5 para contínuo recebimento.

I. BOLSA ALIMENTAÇÃO: Concessão de bolsas integrais e parciais (25%, 50%, 75% e 100%), na forma de créditos lançados mensalmente na carteirinha de estudante, cuja utilização destina-se à alimentação dos alunos nos Restaurantes Universitários. O critério utilizado para seleção dos alunos beneficiados é o socioeconômico. Os alunos de graduação, que estejam regularmente matriculados, podem requerer o benefício em qualquer período. II. BOLSA PERMANÊNCIA: Concessão de uma bolsa no valor integral ou parcial (25%, 50%, 75% e 100%), de R\$ 300,00 ao aluno que esteja em uma situação de vulnerabilidade socioeconômica.

III. AUXÍLIO MORADIA: A forma de classificação é critério socioeconômico regulado por edital específico, publicado semestralmente, de acordo com a liberação das vagas, isto tanto para os quartos individuais, quanto para os apartamentos (AYRES, 2017, p. 57).

A PRACE também fornece aos estudantes a assistência à saúde, através do Centro de Saúde, localizado no bairro Bauxita, Ouro Preto. Ele visa fornecer assistência de forma mais qualificada a saúde, contando com profissionais da rede municipal de saúde através de convênios entre a universidade e prefeitura do município. O Centro de Saúde conta com médicos, área de enfermagem com vacinações e imunizações, área de nutrição com orientações à alimentação saudável, área de odontologia e a área de psicologia que fornece o projeto psicologia de portas abertas- acolhimento psicológico que abrange a escuta e acolhimento psicoterapêutico, que visando um tratamento contínuo caso seja necessário, encaminhar os alunos a psicólogos vinculados a UFOP.

Já a área da Orientação Estudantil oferece programas como o caminhar<sup>11</sup>, o bem vindo calouro e o ponto de encontro. O Caminhar é um programa de Acompanhamento Acadêmico dos Estudantes da UFOP, cujo público alvo em sua maioria são estudantes inseridos na assistência estudantil de modo a fornecer um acompanhamento pedagógico, psicológico e social para aqueles que enfrentam algum tipo de problema em relação à universidade. Já o Bem-vindo Calouro busca apresentar ao estudante que ingressa na universidade os programas e projetos que são vinculados e ofertados na universidade de modo a integrá-lo nesse novo ambiente. Outra proposta é o projeto ponto de encontro que se consiste num espaço de prática para aqueles que têm dificuldade de apresentação em público, de modo a superarem os receios e ansiedade que os impedem de se posicionarem e apresentarem trabalhos em público.

O plano de assistência estudantil na UFOP tem por objetivo disponibilizar as condições de acesso, de permanência e de conclusão dos estudantes em condições de vulnerabilidade social. Os profissionais têm como prioridades estudantes cuja família tem uma renda per capita de 1,5 salários-mínimos. A vulnerabilidade social é analisada através de estudos socioeconômicos feitas pelos assistentes sociais para vincular os estudantes ao plano, indo além de um corte de renda, ela leva em consideração indicadores como: a situação de moradia, posse de imóveis além da moradia, a situação familiar, a renda do estudante e sua família, veículos, a profissão/encargo de cada integrante da família ou do estudante e um certo capital cultural do estudante, como tipo de escola que ele frequentou sendo ela pública ou privada, elas somadas com cada indicador, suas pontuações e pesos classificam os estudantes nas categorias A,B,C ou D. Em muitas Universidades o meio de entrada dos auxílios são por editais, diferente da UFOP, onde o interesse para se entrar com pedido de bolsas é recorrente, menos o pedido de moradia que é feito todo semestre

---

<sup>11</sup> Para mais informações a respeito dos projetos e programas oferecidos pela UFOP, é necessário acessar o site da Pró-reitoria de Assuntos Comunitários e Estudantis <<http://www.prace.ufop.br/>>. Acessado em 24 de junho de 2018.

por edital, mas a documentação é a mesma para os outros auxílios (alimentação e permanência) (AYRES, 2017, p.60).

Em 2010 a Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES) juntamente com o Fórum Nacional de Pró- Reitores de Assuntos Estudantis (FONOPRACE) realizaram uma pesquisa referente ao perfil socioeconômico e cultural dos estudantes de graduação da UFOP, buscando coletar informações com o intuito de atualizar e direcionar intervenções, como políticas e projetos.

Segundo a pesquisa mais da metade da população estudantil da UFOP é composta por mulheres, representando 55,81% dos estudantes. Sendo em sua grande maioria jovens de até 24 anos. Os estudantes autodeclarados pretos e pardos representam uma minoria de 30,6% sendo majoritariamente composta por brancos.

Outro dado importante é no que diz respeito à assistência estudantil, segundo os dados o programa de bolsa alimentação é o que abrange a maior parte dos estudantes sendo 27,76%, os auxílios de permanência, transporte e atendimento médico correspondem 10% e o atendimento psicológico contempla apenas 6,23% dos estudantes. Um dos fatores que também foram pontuados na pesquisa foi referente à saúde mental dos estudantes,

Observa-se que a maioria dos estudantes da UFOP nunca recebeu ou não está em atendimento psicopedagógico, psicológico ou psiquiátrico. Entre essas especialidades, o serviço psicológico é o que já foi acessado em algum momento por maior número de estudantes, 35,41% do total. [...] No que se refere ao uso de medicação psiquiátrica, conclui-se que a maioria dos estudantes, 85,84%, nunca fez uso, enquanto 9,5% já fez uso em algum momento na vida e 4,82% usa atualmente (ANDIFES; PRACE, 2010, p.30- 31)

Pode ter se dado pelo fato de que segundo a pesquisa os principais motivos de queixas dos alunos em relação ao estresse são devidos aos relacionamentos familiares, dificuldades financeiras e a necessidade de se adaptar a diversas situações, e as dificuldades emocionais sofridas pelos estudantes. Os dados coletados mostraram que cerca de 73,09% dos estudantes apresentam ou já apresentaram quadro de ansiedade, que atinge diretamente o baixo desempenho acadêmico e diminui a motivação em relação aos estudos. Sendo que dos estudantes que apresentaram algum tipo de adoecimento emocional, 51,81% residem em repúblicas, longe das respectivas famílias.

Como visto, a pesquisa realizada no ano de 2010, visou traçar um perfil dos universitários da UFOP, levando em consideração os inúmeros fatores que interferem em seu desempenho. Traremos assim, de forma atualizada uma pesquisa executada também com os estudantes da mesma, delimitando o objeto de estudo aos campus da cidade de Mariana.

### **3 AS DETERMINAÇÕES DO ADOECIMENTO DOS ESTUDANTES DA UFOP**

Partindo da hipótese apresentada inicialmente nesse trabalho, de que a forma como a política de educação se estruturou no âmbito acadêmico incidiu negativamente sobre a saúde dos discentes, foi utilizado como um dos instrumentos metodológicos a aplicação de questionários nos alunos dos campus de Mariana, ICESA e ICHS. Tendo em vista o resguardo dos participantes a pesquisa foi submetida ao comitê de ética sendo aprovado (anexo I) em 10 de maio de 2018. Os questionários (anexo III) foram aplicados através do Google docs e direcionado juntamente ao Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) anexo II aos estudantes via-email e pelas redes sociais, tendo como participantes os alunos dos cursos: Serviço Social, Administração, Economia, Jornalismo, História, Letras e pedagogia, sendo suas identificações mantidas em sigilo. Os dados foram coletados entre o dia 13 de maio de 2018 ao dia 13 de junho. Ao fim da coleta foram alcançados 129 questionários respondidos.

Também foi realizada uma entrevista (anexo V) com a psicóloga da UFOP no dia 22 de junho de 2018 no NACE. Foi encaminhado previamente a essa profissional que atende as demandas dos campus de Mariana, o roteiro da entrevista assim como o TCLE (anexo IV) , para que esta tivesse conhecimento do conteúdo a ser perguntado.

#### **3.1 A percepção dos estudantes sobre o adoecimento.**

Buscou-se por meio do questionário, levantar dados que pudessem evidenciar os fatores que mais influenciam no adoecimento dos discentes.

Ao traçar um perfil dos universitários, nota-se que os participantes da pesquisa foram majoritariamente mulheres com 77,5% e apenas 18,6% do sexo masculino. Com relação à identificação de cor ou raça 49,6% se declaram brancos e a segunda maior porcentagem com 18,6% preta, com faixa etária de 21 a 25 anos. Esses dados apresentam consonância com a pesquisa realizada pela FONOPRACE em 2010 discutida no capítulo 2, que traçava o perfil dos estudantes como sendo a maior parte composto por mulheres, com faixa etária até 24 anos e em sua maioria auto declarados brancos.

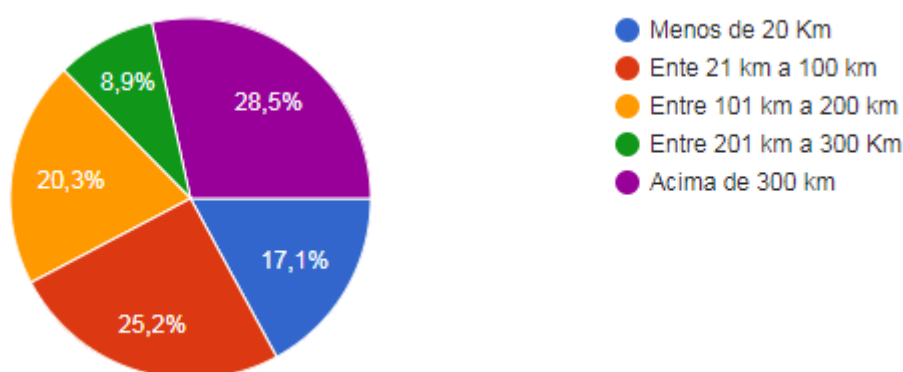
Em relação à modalidade do curso 91,5% são alunos de graduação e 8,5% alunos da pós, esse reduzido número de participantes dos cursos de pós-graduação se dá devido ao fato de que atualmente a UFOP oferece apenas 4 cursos de pós para as áreas ofertadas nos campus



de Mariana, ICSA e ICBS, que são: Comunicação; Educação; Economia aplicada e História. Sendo que em seu quadro geral de matriculados a UFOP possui cerca de 1793 alunos distribuídos em 43 cursos de pós-graduação.

Quando perguntados em relação à cidade que residem após o ingresso na UFOP 80,6% dos participantes responderam que moram atualmente em Mariana, sendo que mais de 28,5% residiam anteriormente em cidades a mais de 300 km de distância, como mostra o gráfico abaixo.

**Gráfico 1 - Distância da cidade de origem em relação à Mariana.**

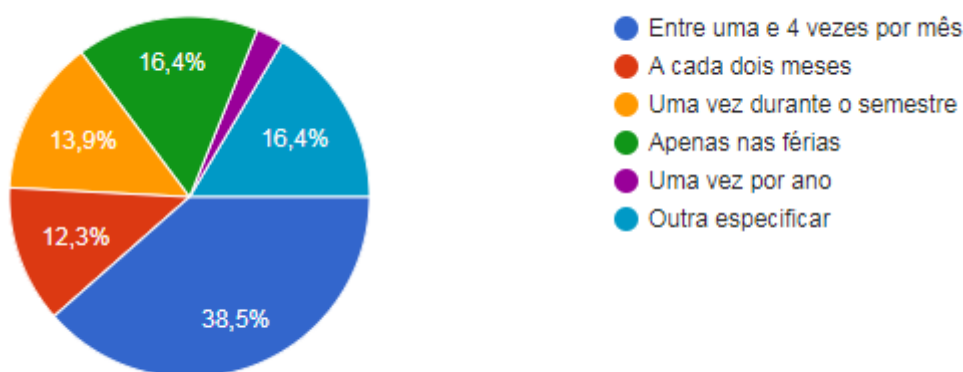


Fonte: Elaboração própria.

Ao cruzar os dados com a porcentagem dos alunos que já adoeceram após o ingresso na UFOP, percebeu-se que é em relação aqueles que residiam em cidades acima de 300 km que se encontra a maior porcentagem de incidência desse problema, onde 85,97% deles disseram já terem apresentado algum tipo de adoecimento

A isso pode se atribuir o fato trazido no capítulo 2, de que esses estudantes migraram de sua cidade de origem que se encontra a uma distância consideravelmente longe do campus em que estuda, estando sujeitos a divergências culturais e de costumes, além do fato de que devido a distância tende a ocorrer um rompimento dos antigos vínculos afetivos gerando a necessidade de se restabelecê-los em um ambiente que inicialmente pode ser estranho a eles.

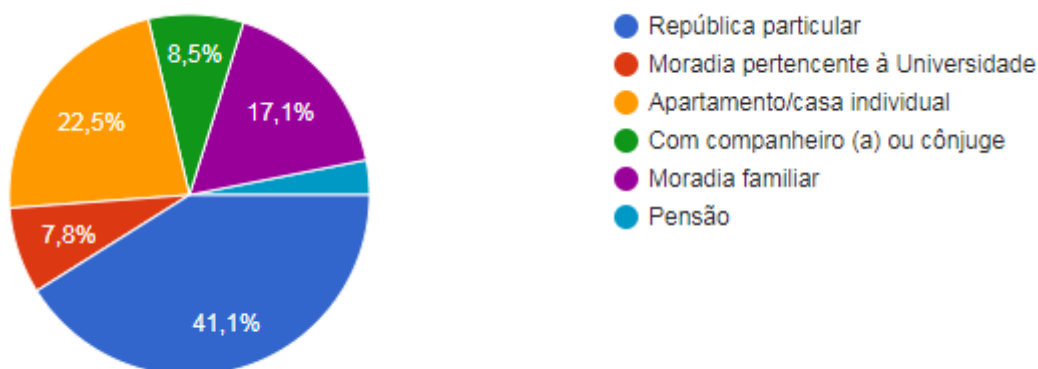
**Gráfico 2 - Frequência com que retorna a cidade de origem.**



Fonte: Elaboração própria.

A partir do gráfico vemos que a maior parte dos alunos regressam a suas casas entre uma e 4 vezes por mês, contudo a maior parte dos alunos com cidades a mais de 300 km, sendo 85,2% desses, disseram só regressar a suas cidades uma vez por semestre ou apenas nas férias. Ou seja, esse agravante soma-se aos apresentados na análise do gráfico anterior.

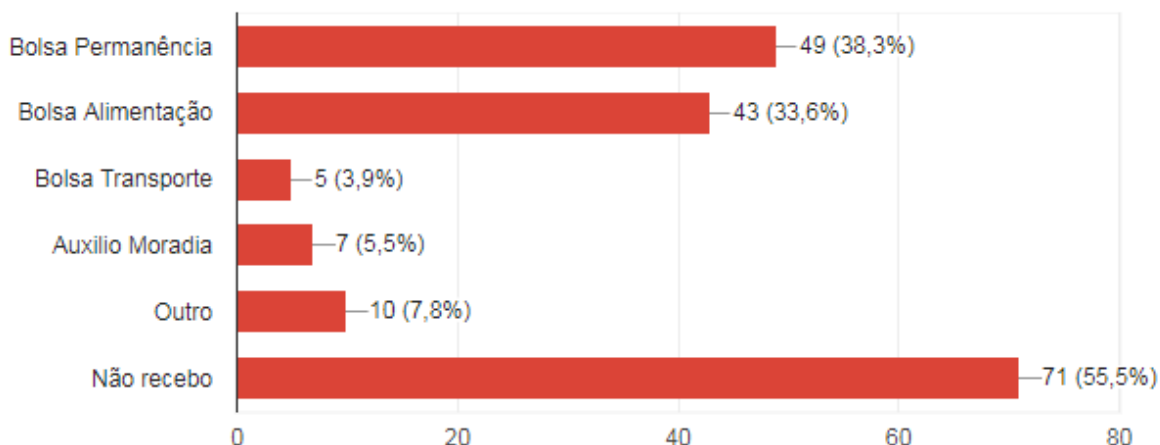
**Gráfico 3 - Em relação à moradia.**



Fonte: Elaboração própria.

Devido ao fato de que a maior parte dos alunos advém de outras cidades, no que tange a moradia as maiores porcentagens concentram-se nas repúblicas particulares com 41,1% e 22,5% em apartamentos ou casa individual. Essa pergunta traz também um importante dado sobre a assistência estudantil, quando apresenta apenas 7,8% dos participantes em moradias pertencentes à Universidade.

Conseqüentemente foi feita a seguinte pergunta:

**Gráfico 4 - Recebimento de bolsa ou auxílio da Universidade.**

Fonte: Elaboração própria.

Percebe-se que o auxílio menos acessado é referente a moradia com apenas 5,5%. Os fatores que levam a maior parte dos estudantes a optarem por residir em repúblicas particulares ao invés das ofertadas pela UFOP, não foi um objeto de estudo dessa pesquisa, contudo esse índice indica a necessidade de se aprofundar as análises sobre isso em outros trabalhos.

Sabendo-se que a assistência estudantil é uma das políticas necessárias que contribuem para a permanência dos alunos dentro da universidade, ao serem perguntados se estavam inseridos 61,4 % dos participantes responderam que não, apenas 38,6 % responderam que sim. Em relação aos auxílios e bolsas ofertados através dela, percebe-se mediante a leitura do gráfico acima que a maior parte não recebe, mas entre aqueles que responderam que sim, a permanência aparece com maior porcentagem. Em consonância a isso pode se observar que esses dados se diferem da pesquisa discutida no item 2.3, feita em 2010 pela ANDIFES junto a FONOPRACE que trazia a bolsa alimentação com maior abrangência entre os entrevistados, mesmo sendo usada como referencia ressalto que essa, diferentemente da que foi aplicada para execução desse trabalho foi realizada com um maior número de participantes.

Um ponto importante a ser discutido é que a redução de recursos destinados a UFOP incide diretamente na qualidade e quantidade das bolsas ofertadas pela assistência estudantil. Um comunicado<sup>12</sup> da Reitoria da UFOP no dia 08 de agosto de 2016 informou que devido os cortes feitos pelo governo federal que chegavam a 41%, a universidade teria que se manter no

<sup>12</sup> Para mais informações acessar notícia publicada por Lígia Souza no portal da UFOP em agosto de 2016. Disponível em: <http://www.ufop.br/noticias/reitoria/comunicado-da-reitoria-sobre-o-orcamento-da-ufop-para-2017>. Acessado em 24 de junho de 2018.

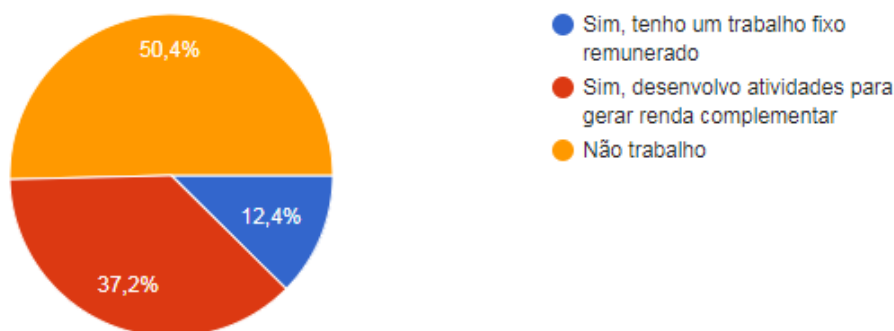
ano de 2017 com três quartos do orçamento de 2016. Sendo que em 2015 a instituição já havia sofrido uma redução do seu orçamento tendo que tomar medidas como a redução do quadro de funcionários terceirizados e reajustes no preço das refeições nos Restaurantes Universitários para que fosse possível seu funcionamento.

Com o objetivo de saber a opinião dos estudantes sobre a referida assistência estudantil, foi perguntando se essa é suficiente para assegurar financeiramente a permanência dos mesmos na Universidade. Como resposta tivemos o percentual de 84,4% que responderam não e 15,6% que sim.

Mesmo com o fato de mais da metade dos participantes não estarem inseridos na assistência estudantil, a porcentagem de 84,4% deles responderam que ela não é suficiente para assegurar financeiramente o estudante, e 85,3% disseram que nem mesmo a universidade oferece apoio suficiente para a permanência dos alunos, a isso pode se atribuir o fato de que a maior parte dos participantes moram longe de suas casas, residindo em sua maioria em republicas particulares, tendo que arcar financeiramente com valores referentes a aluguel, luz, internet entre outros gastos.

Em relação à ocupação no mercado de trabalho:

**Gráfico 5 - Ocupação no mercado de trabalho.**



Fonte: Elaboração própria.

Dos 64 alunos que responderam ter um trabalho fixo ou exercer atividades complementares para gerar renda, cerca de 54 responderam que já apresentaram algum tipo de adoecimento após o ingresso na Universidade.

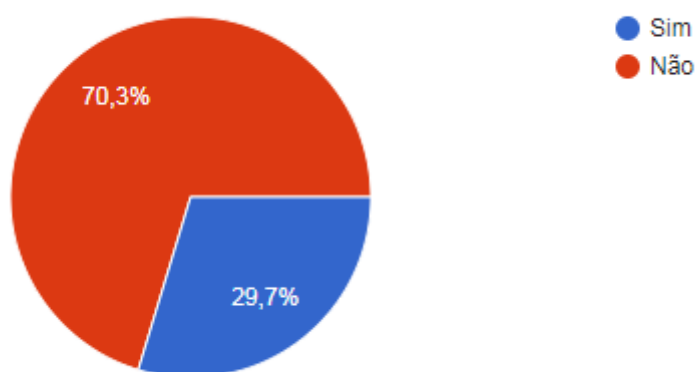
Esse fato remete ao que foi discutido o longo dos itens 1.2 e 2.1, o aluno trabalhador vai estar submetido duplamente aos processos de precarização, primeiramente contida no mercado de trabalho com os contratos cada vez mais flexíveis e vínculos empregatícios

frágeis e seguidamente no ensino superior onde as universidades passaram a atender as demandas do capital em relação a uma profissionalização da mão de obra.

Com relação à pergunta “Você se sente pressionado pelas exigências do curso?” 88,4% responderam que sim, sendo deste número apenas 16% não apresentaram algum tipo de adoecimento. Outro dado importante é que 84,5% disseram se sentirem pressionados em obter um alto rendimento acadêmico, com base nisso, percebe-se que o ambiente universitário pressiona o indivíduo a cumprir demandas que são específicas desse nível de educação superior, exigindo também essa adaptação do estudante que não está preparado para esse modelo de produtivismo.

A isso soma-se o fato de que 78,9% também sentem-se pressionados pela idéia de exercer sua profissão após o término da faculdade tendo em vista o desmonte de diversos postos de trabalho causado pela reestruturação produtiva e a alta taxa de desemprego.

**Gráfico 6 - Adoecimento antes do ingresso na UFOP.**



Fonte: Elaboração própria.

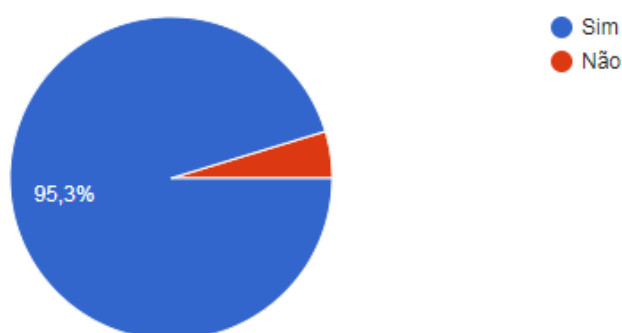
Ao correlacionar o gráfico acima com os dados referentes a pergunta “Você apresentou algum tipo de adoecimento após ingressar na UFOP?” Dos 81,4% que responderam que sim, 58% deles não apresentavam nenhum quadro de adoecimento antes. Ou seja, esse processo foi acarretado durante a vida acadêmica.

Devido aos fatores já apresentados, uma das perguntas realizadas teve com objetivo saber se os alunos já haviam procurado atendimento psicológico, 55,8% dos participantes responderam que sim e 44,2% que não.

Como dito no item 2.3, a UFOP oferece o projeto psicologia de portas abertas que fornece aos estudantes um acolhimento psicológico, conseqüentemente foi perguntando aos

participantes que procuraram acompanhamento se tiveram acesso pela UFOP, 65,7% responderam que não e apenas 34,3% que sim. O aumento do percentual de estudantes que se propuseram a procurar um acompanhamento especializado demonstra que o índice de sofrimentos emocionais ou psicológicos também se alterou e também acarretou em uma necessidade de se aprimorar esses serviços para que possam expandir de forma qualificada sua abrangência.

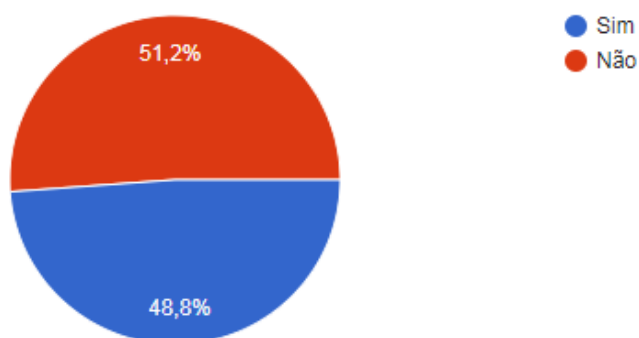
**Gráfico 7 - Interferência na vida pessoal por causa da vida acadêmica.**



Fonte: Elaboração própria.

No que se trata da Universidade, 95,3% dos estudantes sofrem interferência em sua vida pessoal devido as praticas acadêmicas sendo esse um dos motivos pelo qual 90,6% disseram que a Universidade não compreende as exigências postas sobre o aluno e majoritariamente com 81,1% prevalece a opinião de que o corpo docente não leva em consideração as particularidades dos universitários.

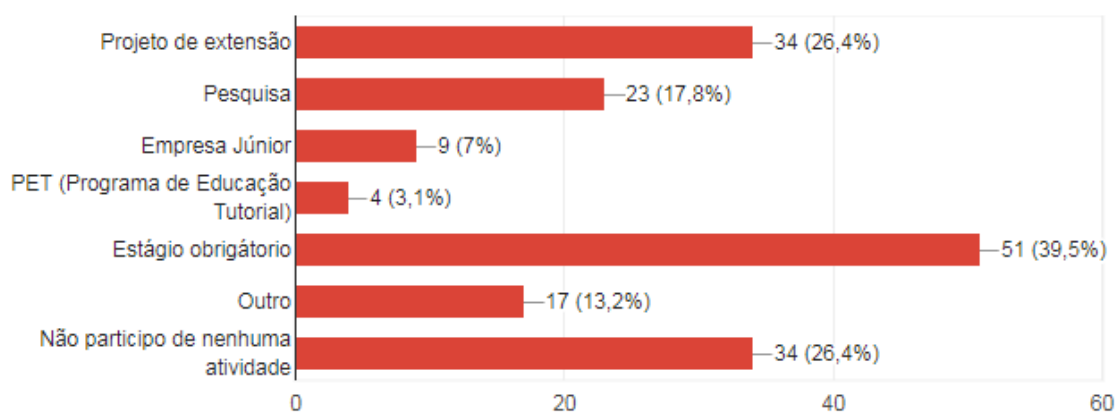
**Gráfico 8 - Uso de medicamento controlado.**



Fonte: Elaboração própria.

O alto índice de consumo de medicamentos e drogas ilegais é um problema recorrente da faixa etária de maior percentual dessa pesquisa, sendo essa uma questão para a Universidade aprofundar o debate. Com base nisso, foi feita a pergunta “Você já fez ou faz uso de algum medicamento controlado?”, 51,2% dos participantes responderam que não. Isolando os que responderam que sim percebe-se que a maior parte 75,8% já apresentaram quadros de adoecimento. Torna-se importante ressaltar aqui que esses dados não possibilitam afirmar se o uso desses medicamentos foi feito sob orientação médica ou através da automedicação.

**Gráfico 9 - Participação em atividades acadêmicas.**

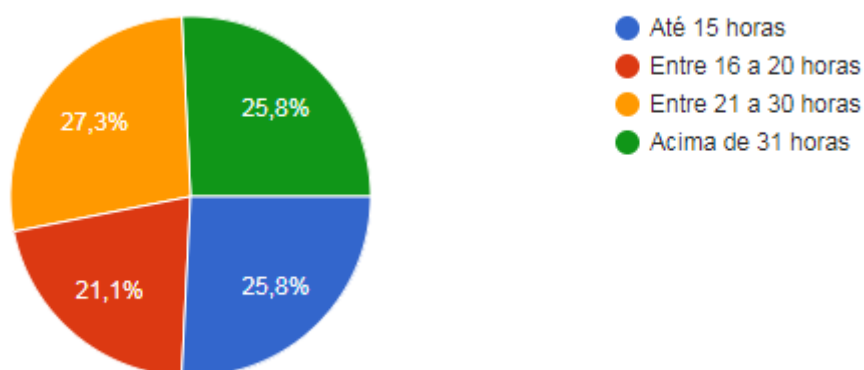


Fonte: Elaboração própria.

Vemos que alguns alunos participam de mais de uma atividade acadêmica. Mas o índice daqueles que não participam de nada correspondendo a 26,4% dos participantes é consideravelmente alto, a essa baixa inserção podemos atribuir os efeitos do desfinanciamento em relação à extensão e pesquisa que sofrem com a redução do número de bolsas a cada corte de orçamento.

Em relação à carga horária dedicada à universidade:

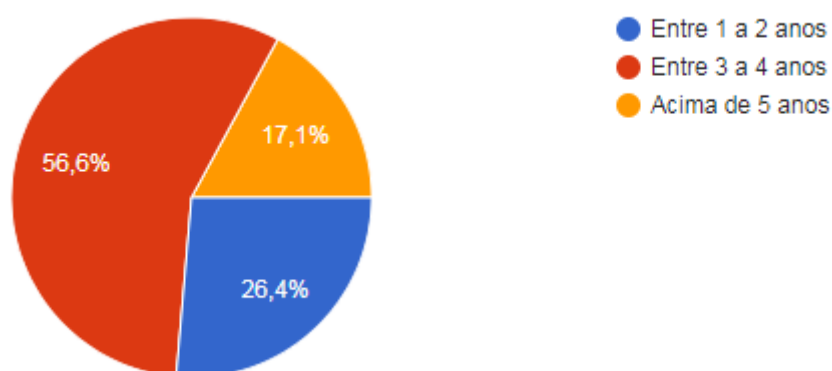
**Gráfico 10 - Carga horária semanal dedicada as atividades da Universidade.**



Fonte: Elaboração própria.

Observa-se que 27,3% dedicam a elas a carga horária semanal de 21 a 30 horas e 25,8% entre 15 horas e acima de 31, se somarmos a isso as diversas disciplinas e o tempo necessário de estudo extra sala de aula, podemos associar essas atividades a interferência da vida acadêmica na vida pessoal dos discentes. Se associarmos ainda que grande parte dos participantes desenvolvem atividades de trabalho somadas ao tempo dedicado a universidade, além de não ser possível uma completa dedicação a universidade o que prejudica a formação e cada vez mais coloca a universidade apenas como uma formação técnica.

**Gráfico 11 - Tempo em que está inserido na UFOP.**



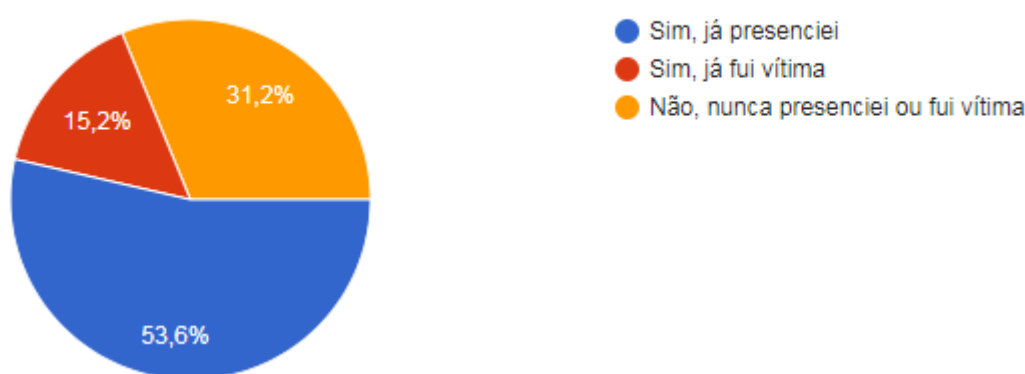
Fonte: Elaboração própria.

Ao relacionar os dados obtidos nessa pergunta com os obtidos na questão se o aluno já apresentou algum tipo de adoecimento, observou-se que o maior índice se concentra em 56,6% dos alunos inseridos entre 3 a 4 anos como mostra o gráfico acima. Dessa forma



podemos observar que esses dados assim como os abordados no item 2.2 trazem os últimos anos como os mais propícios a essa problemática. Contudo é importante ressaltar que dos 17,1% que estão inseridos acima de 5 anos, 88,31 % disseram já ter sofrido algum tipo de debilitação, ou seja, para alunos que se encontram fora do período regular de formação, esse quadro tende a se agravar.<sup>13</sup>

**Gráfico 12 - Relações abusivas em sala de aula.**



Fonte: Elaboração própria.

Sabe-se que no modelo de sociedade vigente, a opressão é uma realidade presente em praticamente todas as esferas da vida do sujeito, o espaço universitário não está isento de manifestações desse tipo de violência. O gráfico acima evidencia que mais da metade dos participantes já presenciaram relações abusivas em sala de aula e dos 15,2% que já foram vítimas, todos apresentaram algum quadro de adoecimento. Outro indicio de suma importância, é que quando perguntados: “Alguma vez você foi vítima de algum tipo de preconceito?” 43,63% que relataram que sim, sendo que deste número 95,41% adoeceram.

Destacando a resposta de alguns estudantes:

Por ter mais idade quanto aos colegas, alguns isolam da gente e as vezes em relação a algumas disciplinas tenho dificuldade e percebo que os colegas gostam de fazer atividades com quem é bom de memória e desenvolve com facilidade. Mas estou terminando o curso pelo grau em agosto (Estudante de graduação em pedagogia).

“Sim, racial durante a graduação. Tive que ameaçar abrir processo de racismo institucional para obter minha nota no meu último período da graduação. Foi extremamente desgastante e triste (Estudante de pós-graduação em comunicação).

Sim. Já sofri machismo e xenofobia, já que sou nordestina (Estudante de pós-graduação em comunicação).

<sup>13</sup> Todos os cursos nos quais estão inseridos os participantes da pesquisa têm duração inferior a cinco anos.

É possível identificar várias manifestações de intolerância e segregação através das respostas dos estudantes, a fala que denota o sentimento de isolamento por pertencer a uma faixa etária diferente demonstra um outro entrave para esses alunos que só conseguiram ingressar no ensino superior de forma mais tardia. Outros apontamentos foram feitos como o preconceito por ser mulher fator este já trabalhado no item 1.2 onde abordamos que o gênero feminino tende a sofrer duplamente opressões. O preconceito dentro de um espaço que deveria prover a formação de sujeitos que prezem por uma igualdade racial e de gênero, ilustra uma sociedade que ainda carrega traços preconceituosos, patriarcalistas e machistas.

De modo a finalizar o questionário foi feita a seguinte pergunta: “A seu ver, a Universidade é um espaço que contribui com o adoecimento dos estudantes? Se sim, por quê?” Ao abordar essa questão, buscou-se conhecer o ponto de vista dos estudantes sobre o ambiente em que estão inseridos sob a ótica proposta por esse trabalho.

Das 114 respostas obtidas, 110 responderam que sim, alguns expuseram a extrema exigência por parte dos professores que gera uma alta ansiedade, assim como o deboche que alguns têm para com os alunos, a cobrança em excesso, a falta de infraestrutura, competição entre os próprios estudantes e a alta carga de leitura.

Também foram expostos fatores já evidenciados pelas perguntas anteriores. Como em relação à pressão imposta sobre o aluno, apresentada pelas falas a seguir:

Sim. Pelas pressões e exigências, além da necessidade de se manter financeiramente (Estudante de graduação em Serviço social).

Sim, devido às exigências e prazos estabelecidos, a exigência pela qualidade dos trabalhos e a pressão que muitas vezes recebemos de docentes que não consideram a situação principalmente do estudante trabalhador (Estudante de graduação em Serviço Social).

Sim, pois o ambiente universitário promove a perfeição e a competição. Você sempre precisa ser melhor que o outro para que se destaque e consiga certas coisas que irão beneficiar seu currículo, então, essa pressão para a perfeição e a competitividade traz o adoecimento do aluno por nunca achar ser bom o suficiente (Estudante de graduação em Economia).

Entre os relatos, a problemática da automedicação, já exposta anteriormente, foi abordada por um aluno que disse recorrer a medicamentos para ser capaz de agüentar a rotina exaustiva. Foi apresentado também o adoecimento por depressão e ansiedade, a falta de uma assistência melhor em relação a saúde mental e até mesmo relações abusivas dentro das salas de aulas, já apresentadas pelo gráfico XI.

Contudo as respostas de um percentual reduzido de alunos se diferem, ao abordar que não vêem a universidade como um espaço que contribui com o adoecimento, ressaltamos a resposta abaixo:

Não. Acredito que a universidade contribui para o desenvolvimento intelectual dos estudantes. E também oferece auxílios para os alunos em caso de vulnerabilidade. Podendo tornar a vida do estudante mais estável para o bom desempenho em seus deveres universitários.

Em contraponto a essa resposta, temos os dados apresentados até então que indicam que a grande maioria dos estudantes estão sujeitos a diversas determinações que partem da sua condição de estudante para seu adoecimento. Como representado nas falas abaixo:

Sim, as pressões dentro da Universidade são muitas e podem tornar o estudante confuso em certos momentos, sem saber como agir. As pressões das muitas disciplinas, de "ter" que se inserir em projetos ou pesquisas, as vezes pela necessidade da bolsa também pode gerar conflitos na vida acadêmica, manter um coeficiente, ficar longe da família, vir morar com pessoas desconhecida... Tudo isso pode ser um fator que leve o estudante a um adoecimento (Estudante de graduação em Serviço Social).

Sim. Não existem dúvidas mais que os reflexos físicos da desestabilização emocional/psicológica impõem ao nosso corpo é real e forte. O modo de avaliação e a falta de senso de individualidade do professores para com o aluno me fez desenvolver problemas com ansiedade que só foi descoberto por mim depois de uma crise na frente de uma pessoa que lidava com esse problema há anos e pode "desvendar" pra mim que o que eu sentia era nada mais que ansiedade forte, pois nem com os sintomas eu tinha parâmetros para identificar o problema. A partir daí consegui reconhecer que estava sob leve depressão, mas ainda sim depressão. E tudo se desencadeou, inflamação na garganta com frequência mensal, problemas na coluna por tensão, dores de cabeça fortíssimas pois a ansiedade fazia com que eu apertasse os dentes uns contra os outros... E por aí vai (Estudante de graduação em História).

Sim. Estudar é um processo evolutivo muito solitário, ainda mais na pós. Às vezes, tenho a sensação que a vida passa lá fora enquanto estou estudando. Não é possível conseguir tudo sem abdicar de algumas coisas, mas me questiono, será que tudo isso vai valer a pena? Será que ficar longe de que, amamos para poder dá um futuro melhor será recompensado? Dúvidas entre o que perdemos e ganhamos tem sido companhia constante (Estudante de graduação em Economia).

Levando-se em consideração que o maior percentual de participantes dessa pesquisa correspondente a 34,1% são alunos do curso de Serviço Social e que a discussão desse trabalho é executada sob o referencial teórico dessa área, cabe destacar que 93,84% deles queixaram-se de adoecimento e 64,44% já pensaram em trancar o curso. Em relação à opinião sobre a grade curricular, vários pontos foram abordados, alguns alunos a descreveram como boa enquanto outros apontaram sua complexidade, assim como: a necessidade de ser

repensada; a sobrecarga das disciplinas; ampliação das eletivas ofertadas; o excesso de teoria e a indispensabilidade de se trabalhar a instrumentalidade em uma disciplina obrigatória.

Em relação à grade curricular, destaca-se a resposta de um estudante:

Grade curricular extensivamente repetitiva, pouco adentrando sobre a prática profissional. O que causa insegurança quanto o desempenho profissional após a graduação.

Também relataram a falta de se discutir mais sobre a saúde mental e a necessidade de se incluir como obrigatórias disciplinas ofertadas como eletivas. A partir desses apontamentos podemos ver que a grade do curso poderia ser revisada levando em consideração as principais problematizações abordadas pelos alunos.

### **3.2 As determinações do adoecimento na perspectiva de uma profissional**

Visando o objetivo de trazer a visão de um profissional que trabalha retamente com as demandas apresentadas pelos alunos foi realizada uma entrevista no dia 22 de junho de 2018 com a psicóloga servidora pública que trabalha a dois anos na UFOP. Formada em psicologia pela UFMG em 2010 com especialização em relações étnicas e culturais pela UFOP e atualmente mestranda em educação pela mesma.

Inicialmente buscamos conhecer a demanda direcionada a essa profissional a partir da pergunta “Em média quantos estudantes você atende por mês?”

Eu fiz uma conta desse último mês porque a demanda tem aumentado, foram 70 estudantes, dividido em atendimentos de acolhimento psicológico e de orientação estudantil, porque eu também trabalho com a área de orientação estudantil e moradia, então ficaram mais ou menos 50 de atendimentos psicológicos, e 20 de orientação estudantil

Essa fala se relaciona diretamente a um apontamento feito nos questionários, já discutido anteriormente, onde 66,7% dos estudantes responderam não terem tido acesso ao atendimento psicológico pela UFOP. Isso se evidencia pelo fato da alta demanda a que a profissional é submetida onde no período de tempo de um mês é realizado o atendimento de 70 estudantes, esse número também simboliza de forma assustador o aumento do adoecimento psicológico dos alunos.

Outro ponto fundamental é que a profissional é a única que atende as demandas dos campus de Mariana, como demonstra abaixo:

Aqui de Mariana eu sou a única psicóloga. Já em Ouro Preto tem duas psicólogas que atendem os estudantes, elas trabalham no centro de saúde fazendo acolhimento e só com atendimento psicológico, porque tem outra psicóloga na PRACE que faz orientação estudantil. Aqui essa demanda é condensada, eu faço as duas coisas, e tem também outra psicóloga no centro de saúde que atende os servidores e os alunos da pós graduação.

Em relação a essa resposta observamos a diferenciação já evidente entre os campus pertencentes à Mariana ao de Ouro Preto, que conta com três profissionais e divisão da dupla função que é executada de forma condensada pela psicóloga de Mariana. É certo que a realidade do campus de Ouro Preto se difere em relação a quantidade de alunos, mas a sobrecarga imposta sobre o profissional também prejudica a abrangência destes serviços. Isso se nota através da própria fala da psicóloga que diz se sentir sobrecarregada atualmente devido o aumento na procura por atendimento psicológico e por ser a única psicóloga, mas ressalta que também visualiza essa sobrecarga nas profissionais que atendem o campus de Ouro Preto.

Quando perguntada sobre os encaminhamentos feitos, se estes eram para serviços públicos ou privados, obtemos a seguinte resposta:

Para os dois serviços, a gente encaminha pra atendimento no CAPS, que é o centro de atenção psicossocial pra atendimento de urgência. Na verdade eles não aceitam encaminhamentos mas a gente indica e explica como que funciona para que eles possam passar pelo acolhimento. Isso em relação casos mais urgentes que as vezes precisam de uma intervenção rápida e também de acompanhamento psiquiátrico. Além disso a gente também faz encaminhamentos pra PSF, são só três aqui em Mariana que fazem atendimento psicológico e também pra psicólogos da rede privada. A UFOP tem um credenciamento com psicólogos particulares, todo ano a gente lança um edital e os psicólogos se credenciam através desse edital e aí o PNAES que é o programa nacional de assistência estudantil tem uma verba específica que vem pra assistência estudantil e uma parte dessa verba é direcionada para os atendimentos psicológicos. É só pra bolsistas, porque o PNAES ele é destinado ao público que tenha renda familiar até um salário mínimo e meio. Esse público a gente consegue encaminhar pra esses psicólogos, eles fazem oito sessões, que a UFOP paga pra esses profissionais. A partir da nona se o estudante for continuar ele mesmo começa a arcar com o valor da sessão e aí pra quem não é bolsista da PRACE esses psicólogos fazem o mesmo valor que fazem para os bolsistas. Então é o aluno que paga mas ele também tem o desconto no atendimento, que atualmente o valor é de R\$60,00 reais, mas todos os psicólogos se dispuseram a negociar esse valor com os estudantes. Então se você não consegue pagar esse valor todos estão abertos a negociar.

Ainda que não tenha sido objetivo dessa pesquisa, a falta de estrutura das políticas sociais que se evidenciaram ao longo dos capítulos 1 e 2 torna-se ainda mais explícita na fala da profissional. A educação não tem serviços próprios para essa demanda e o município não consegue supri-la devido a seu aumento contínuo, representando um problema que exige um futuro aprofundamento e investigação para que as instituições UFOP e a Prefeitura de Mariana possam se debruçar e refletir.

Observamos que a isenção das primeiras oito sessões com os psicólogos credenciados pela UFOP só abrange os alunos inseridos na assistência estudantil, se levarmos em conta que 61,4% dos participantes da pesquisa não são incluídos nela, vemos que todo esse percentual não se enquadraria nos critérios exigidos. E ainda que seja possível o atendimento privado a pesquisa também indica como os estudantes estão sobrecarregados financeiramente.

Em seguida foi perguntado sobre: Quais são na sua opinião as demandas mais recorrentes para os alunos que buscam atendimento?

Os alunos nos procuram demandando a psicoterapia individual, porque às vezes no serviço público eles têm acesso à terapia, porém em grupo. Mas a nossa maior demanda é por terapia individual e em um nível menor o atendimento psiquiátrico. A UFOP possui dois psiquiatras credenciados que a gente também pode encaminhar. A demanda psiquiátrica também tem aumentado isso é uma coisa que nos assusta assim como o número de alunos fazendo uso de medicação psiquiátrica. As duas maiores queixas que chegam são relacionadas a sintomas de depressão e em relação a uma ansiedade exacerbada, porque a ansiedade é uma coisa normal comum em todos nós, é algo que nos movimenta inclusive. Mas essa ansiedade que paralisa, que impede de fazer as atividades do dia a dia, ou que vai evoluindo até uma síndrome do pânico não é.

Com relação a essa fala notamos outra problemática já apontada nos questionários, que é o uso de medicamento controlado entre os alunos, que pode ter se dado devido o aumento do sofrimento psíquico que também acarreta na necessidade de um acompanhamento psiquiátrico e a introdução da medicação.

Ao analisar a predominância das queixas de depressão e ansiedade a entrevistada diz que na sua opinião as determinações do adoecimento dos estudantes da UFOP, são mais amplos, abrangendo a dinâmica da sociedade capitalista e a forma como ela reflete sobre a universidade. Destacamos sua fala a baixo:

Eu vejo esses fatores como mais amplos, questões mais sociais do nosso modo de vida, do sistema capitalista mesmo em que a universidade esta inserida. A universidade está inserida nessa lógica do sistema capitalista, da questão que cobra a produtividade individual, que reforça o individualismo, que reforça a competição. Então a universidade acaba refletindo isso. Por isso não acho que seja uma coisa específica da universidade, até porque muitos alunos já chegam aqui com um

histórico de adoecimento, às vezes ele já chega fazendo uso de medicação psiquiátrica. Mas a universidade como esse lugar de legitimação do saber que tem um status social, é reproduzido aqui um nível alto de competitividade, de individualismo. Então acaba que essas questões do sistema capitalista são refletidas no ambiente universitário por que ela também tem q responder com produtividade, sendo assim todo mundo está inserido nessa lógica, os professores os técnicos e os alunos.

No item 1.2, trabalhamos a sociedade capitalista como adoeceadora, suas relações sendo movidas pela produção e conseqüente exploração e como isso repercute negativamente na vida dos indivíduos. A universidade como parte integrada dessa sociabilidade não está imune a essas determinações, é o que vem relatando a fala da entrevistada, que atribui a todo esse conjunto os fatores que acarretam o adoecimento dos alunos. Inseridos nessa ótica competitiva que gera a individualização do individuo, faz com que eles se tornem mais suscetíveis a essa problemática, assim como todos os trabalhadores desse meio.

Tendo em vista o aumento da procura por atendimento psicológico apresentado pela entrevistada, sua resposta acerca do serviço ofertado pela UFOP ser capaz de suprir a demanda recebida foi:

Como aqui tem tido uma demanda crescente e acho que o adoecimento psíquico na sociedade como um todo é uma coisa que está sendo muito falado, o nosso número de profissional é limitado para fazer esse acolhimento e também pra fazer os encaminhamentos. Essa verba pra fazer o pagamento dos profissionais da rede privada, para os atendimentos aos alunos, ela tem um limite. Pelo fato do PNAES ser um decreto e não uma lei a gente não sabe se ele vai ser mantido, sempre tem o risco do corte da assistência estudantil, o que nos preocupa bastante. O aumento da procura desse serviço gera um aumento do gasto e aqui em Mariana temos um público de bolsista alto, então o credenciamento não da conta de atender. A solução seria o aumento do repasse de verba ou a contratação de mais profissionais. Mas como alternativa que não dependa da boa vontade do governo federal, a gente tem tentado trabalhar de forma preventiva. Não vamos conseguir sair da lógica do adoecimento capitalista, mas talvez nós possamos criar redes solidarias na universidade pra que a gente consiga adoecer menos.

Essa fala final da psicóloga contém muitos apontamentos que também já foram debatidos ao longo desse trabalho. O reduzido número de verba destinado a assistência estudantil assim como a educação com um todo, acarreta na precarização do serviço ofertado, tendo em vista que a sobrecarga de trabalho que a profissional está acometida dificulta o pleno exercício da sua profissão, não conseguindo abranger o aglomerado número de alunos que necessitam de um atendimento psicológico.

O conjunto de relatos e indicadores apresentados no decorrer da coleta desses dados nos apresenta uma realidade esmagadora que circunda o cotidiano dos discentes da UFOP. Sabe-se que a sociedade capitalista possui uma dinâmica adoeceadora reproduzida dentro dos

espaços acadêmicos, com base nisso foi possível visualizar que a Universidade apresenta inúmeros fatores de suscetibilidade em relação ao adoecimento. Os indivíduos, ao darem início a essa etapa de formação não deveriam ser submetidos a processos que tendem a debilitá-los, afetando seu desenvolvimento profissional e pessoal.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo dos capítulos dessa pesquisa, foi possível desenvolver eixos de suma importância para se realizar o debate sobre o tema proposto. Através da utilização do método materialista histórico dialético elaborado por Karl Marx buscamos interpretar a consolidação do modo de produção capitalista, que foi de fundamental importância para se compreender as atuais relações sociais mediadas pela produtividade. A universidade como parte integrada da sociedade, tende a reproduzir os mecanismos dessa sociabilidade burguesa, apresentando aos sujeitos inúmeros fatores que poderão conduzir quadros de adoecimento.

Desta forma, ao analisar o sucateamento de tais universidades e a redução dos investimentos nas mesmas foi possível confirmar a hipótese apresentada inicialmente de que a forma como a política de educação se estruturou no âmbito acadêmico incidiu negativamente sobre a saúde dos discentes. A falta de destinação das verbas para as políticas de assistência estudantil, a sobrecarga profissional da servidora pública entrevistada e a redução das bolsas ofertadas aos alunos, compõe o retrato da universidade brasileira no contexto neoliberal. Tendo em vista os fatores confirmados na análise de dados, nos pautamos no adoecimento psíquico por se este o mais evidenciado ao longo da construção desse trabalho, os dados coletados nos apresentaram diversos indicadores de que a saúde dos estudantes se encontra em uma situação alarmante, que exige uma maior visibilidade.

A existência de relações abusivas e preconceituosas no interior das salas de aulas indica o quanto esse ambiente tende a reproduzir atos de segregação e patriarcalistas, presentes fortemente na nossa sociedade. Outro ponto de mesma importância é a pressão a que são acometidos devido a exigência da produtividade por parte da universidade que acaba por acarretar em uma escravização da vida social dos estudantes, além da que é exercida sobre eles pelo medo de no futuro próximo serem mais um membro do exército industrial de reserva<sup>14</sup>. Esses fatores tendem a submetê-los a altos índices de estresse e ansiedade.

Todo esse debate torna-se ainda mais agravante e de extrema urgência quando analisamos o alto índice de suicídios entre os universitários. Devido ao número de ocorrência desses atos, algumas universidades criaram programas de prevenção, como o UERJ pela Vida<sup>15</sup>, criado pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro, que visa ações preventivas e preservativas da saúde mental; A Rede de Saúde Mental criada pela Universidade Federal de

---

<sup>14</sup> Conceito desenvolvido por Karl Marx que refere-se a população inativa no mercado de trabalho.

<sup>15</sup> Mais informações no site UERJ pela vida. Disponível em: [http://www.uerjpelavida.uerj.br/?page\\_id=430](http://www.uerjpelavida.uerj.br/?page_id=430). Acessado em 28 de junho de 2018.

Minas Gerais que visa uma maior visibilidade sobre o assunto. Além de iniciativas como a criação da campanha #NãoÉNormal pela Frente Universitária de Saúde Mental, grupo que debate a condição psicológica dos alunos em Universidades do país. Essa campanha veiculada nas redes sociais, por parte dos universitários movimentou hashtags<sup>16</sup> que denunciavam os piores aspectos do período de formação. Já a UFOP teve como iniciativa a criação do grupo Universidade Pró-Vida no ano de 2016 por parte dos alunos e professores, após o fim das atividades foi fundada a ONG Núcleo de Apoio à vida de Ouro Preto que atuava em conjunto com a comunidade como uma rede de apoio para quem dela precisasse.

A negligência acerca de todo esse assunto que corresponde ao adoecimento, durante muito tempo foi visto como tabu, o que dificultou o seu amplo debate em todas as esferas da sociedade. No entanto, pontuamos que há um reconhecimento desse adoecimento em muitas produções acadêmicas, mas há pouco material que execute esse debate dentro de uma análise marxista o relacionando com a totalidade social, esse fato dificultou na construção do referencial teórico desse trabalho. Buscamos então trazê-lo à tona para que possa futuramente ser pauta de todas as discussões que correspondam a saúde pública. Contudo também evidenciamos que a síntese construída ao longo dessa pesquisa apresenta pontos que devem ser aprofundados por outros trabalhos, como o não acesso das moradias ofertadas pela UFOP por parte dos estudantes e a ampliação dos serviços ofertados de modo a abarcar a demanda por acompanhamento psicológico.

Dessa forma entendemos que o vivenciamento do período de formação traz consigo realidades a quais os universitários não deveriam ser submetidos, mas procuramos expor a anormalidade que o processo de adoecimento deve representar na busca pela realização profissional e pessoal. Nenhuma conquista pode se dá a custo de uma instabilidade emocional.

---

<sup>16</sup> Palavra chave associada a uma informação.

## REFERÊNCIAS

ANDIFES, Associação Nacional de Dirigentes das Instituições Federais do Ensino Superior; FONOPRACE, Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis. **Perfil Socioeconômico e Cultural dos Estudantes de Graduação Universidade Federal de Ouro Preto**. Disponível em: <<http://www.prace.ufop.br/Perfil%20do%20Aluno%20UFOP%20-%202010.pdf>>. Acessado em Fevereiro de 2018.

ANTUNES, Ricardo; PRAUN, Luci. A Sociedade dos adoecimentos no trabalho. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 123, p. 407-427, jul./set. 2015.

AYRES, Maria Claudia. **Desafios do Plano de Assistência estudantil no Universo da Educação Superior dentro da Universidade Federal de Ouro Preto**. Ouro Preto, UFOP, 2017.

BENATTI, Lucimara; MUSTAFA, Patrícia. Privatização e Precarização da Política de Educação Superior no Brasil -Impactos para a Formação Profissional em Serviço Social. **Temporalis**, Brasília (DF), ano 16, n. 32, jul/dez.2016.

BISNETO, José Augusto. **Serviço Social e saúde mental: uma análise institucional da prática**. 3 edição. São Paulo: Cortez, 2011.

BORGES, Maria Célia; AQUINO, Orlando Fernandez. Educação Superior no Brasil e as políticas de expansão de vagas o REUNI: avanços e controvérsias. **Educação: Teoria e Prática**- Vol.22, n.39, 2012.

BOSCHETTI, Ivanete. Seguridade Social no Brasil. Conquistas e limites à sua efetivação. In: **CFESS, ABEPS Serviço Social. Direitos Sociais e Competências Profissionais**. Brasília CFESS/ABEPS, 2009.

CAMPOS, Maiara Reis. Trabalho, Alienação e Adoecimento Mental: as metamorfoses no mundo do trabalho e seus reflexos na saúde mental dos trabalhadores. **Revista de Políticas Públicas**, v.21, n.2, 2016.

CARCANHOLO, Marcelo Dias. Conteúdo e forma da crise atual do capitalismo: Lógica, Contradições e Possibilidades. **Crítica e Sociedade: revista de cultura política**. v.1, n.3, Edição Especial - Dossiê: A crise atual do capitalismo, dez. 2011. ISSN: 2237-0579.

CISLAGHI, Juliana Fiuza. **Análise do Reuni: uma expressão da contra- reforma universitária brasileira**. 2010. 190f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2010.

CISLAGHI, Juliana Fiuza; SILVA, Mateus Thomaz. **O Plano Nacional de Assistência estudantil e o Reuni; ampliação de vagas versus garantia de permanência/ The PlanNationalStudentAssistance: increasevacanice x guaranteePermanency**. **SER Social**, Brasília, v.14, n. 31, p.489-512, jul./dez.2012.

COSTA, Alice; OLIVEIRA, Eleonora; LIMA, Maria; SOARES, Vera. **Reconfiguração das relações de gênero no trabalho**. São Paulo, 2004.

FONSECA, Rosa. Espaço e Gênero na compreensão do processo saúde-doença da Mulher Brasileira. **Rev. Latino-am- Ribeirão Preto** –v 1 – p.5-13- janeiro 1997.

LIMA, Kátia. Expansão e reestruturação das universidades federais e intensificação do trabalho docente: o Programa REUNI. **R. Pol. Públ.** São Luís – MA, número especial, p.441-452, outubro de 2012.

\_\_\_\_\_. O Programa Reuni e os desafios para a formação profissional em Serviço Social. **R. Katál.** Florianópolis, v.16, n. 2. P. 258-267, jul./dez. 2013.

LOURENÇO, Edvania Angela de Souza. O mundo do trabalho adoecer. Estudos do Trabalho. **Revista da RET**, número 3, 2008.

MARTINS, Maria Inês; MOLINARO, Alex. Reestruturação produtiva e seu impacto nas relações de trabalho nos serviços públicos de saúde no Brasil. **Ciência e Saúde**, 18(6); 1676, 2013. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/csc/v18n6/18.pdf>>. Acessado em 11 de março de 2018.

MINISTÉRIO DOS DIREITOS HUMANOS. Secretaria Nacional de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. **O que são ações afirmativas?** S/D. Disponível em <<http://www.seppir.gov.br/assuntos/o-que-sao-acoes-afirmativas>>. Acessado em 20 de março de 2018.

MOTA, Ana Elizabete. **O Mito da assistência social:** ensaios sobre Estado, política e sociedade. 3 edição- São Paulo: Cortez, 2009.

MOTTA, Thuany. Suicídios na UFMG preocupam alunos e coordenação. In: **O Tempo (online)**, 25 de maio de 2017. Disponível em: <<http://www.otempo.com.br/cidades/suic%C3%ADdios-na-ufmg-preocupam-alunos-e-coordena%C3%A7%C3%A3o-1.1476801>>. Acessado dia 1 de fevereiro de 2018.

NETTO, Jose Paulo. **Capitalismo monopolista e serviço social**. 8. Ed. - São Paulo, Cortez, 2011.

\_\_\_\_\_. **Introdução ao estudo do método de Marx**. 1.ed. – São Paulo: Expresso Popular, 2011.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia política:** uma introdução crítica. 8 edição. São Paulo: Cortez, 2012.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE/ ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Estresse no ambiente de trabalho cobra preço alto de indivíduos, empregadores e sociedade**. 2016a. Disponível em: <[https://www.paho.org/bra/index.php?option=com\\_content&view=article&id=5087:estresse-no-ambiente-de-trabalho-cobra-preco-alto-de-individuos-empregadores-e-sociedade&Itemid=839](https://www.paho.org/bra/index.php?option=com_content&view=article&id=5087:estresse-no-ambiente-de-trabalho-cobra-preco-alto-de-individuos-empregadores-e-sociedade&Itemid=839)>. Acessado em 2 maio de 2018.

\_\_\_\_\_. **Grave problema de saúde pública, suicídio é responsável por uma morte a cada 40 segundos no mundo**. 2016b. Disponível em: <<https://www.paho.org/bra.../index.php?>>

option=com\_content&view=article&id=5221:grave-problema-de-saude-publica-suicidio-e-responsavel-por-uma-morte-a-cada-40-segundos-no-mundo&Itemid=839>. Acessado em -2 de maio de 2018.

PACHECO, João Alves. **Impactos do REUNI nas Instituições Federais de Ensino Superior: Expansão ou Subordinação. XIV Colóquio Internacional de Gestão Universitária – GIGU.** Florianópolis 2014. Disponível em <<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/131879/2014-230.pdf?sequence=1>>. Acessado em 20 de maio de 2018.

PADOVANI, Ricardo da Costa; NEUFELD, Carmem Beatriz; MALTONI, Juliana; BARBOSA, Leopoldo; SOUZA, Wanderson; CAVALCANTI, Helton; LAMEU, Joelma. Vulnerabilidade e bem-estar psicológico do estudante universitário. *Rev. Bras. ter. cogn*, Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1808-56872014000100002](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-56872014000100002)>. Acessado em 30 de janeiro de 2018.

PRACE. Pró reitoria de Assuntos Comunitários e Estudantil. Disponível em: <<http://www.prace.ufop.br>>. Acessado em 10 de maio de 2018.

SARAIVA, Alexsandro Macêdo; QUIXADÁ, Luciana Martins. **Realização, Sofrimento, Saúde e Adoecimento:** Algumas Reflexões sobre o Estudante e sua Trajetória Universitária. 2010. Disponível em: <<http://www.uece.br/setesaberes/anais/pdfs/trabalhos/988-07082010-135554.pdf>>. Acessado em 30 de janeiro de 2018.

SILVA, Eduardo. Adoecimento e sofrimento de professores universitários: dimensões afetivas e ético-políticas. **Psicol. Teor.prat.** vol.17 no.1. São Paulo, abril, 2015. Disponível em <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1516-36872015000100006](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-36872015000100006)>. Acessado em 10 de Março de 2018.

SOBRINO, José. Educação superior, globalização e democratização. Qual universidade? **Revista brasileira de educação**, no.28, Rio de Janeiro, 2005. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-24782005000100014&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-24782005000100014&script=sci_arttext)> Acessado em 12 de março de 2018.

SOUZA, Lígia. **Comunicado da Reitoria sobre o orçamento da UFOP para 2017.** In: UFOP (online), 08 de agosto de 2016. Disponível em: <<http://www.ufop.br/noticias/reitoria/comunicado-da-reitoria-sobre-o-orcamento-da-ufop-para-2017>>. Acesso em 24 de junho de 2018.

UERJ PELA VIDA. Disponível em < [http://www.uerjpelavida.uerj.br/?page\\_id=430](http://www.uerjpelavida.uerj.br/?page_id=430)>. Acessado em 27 de junho de 2018.

UFOP, Universidade Federal de Ouro Preto. Disponível em < <http://www.ufop.br/> >. Acessado em 3 de junho de 2018.

VARGAS, Michely. Ensino superior, assistência estudantil e mercado de trabalho: um estudo com egressos da UFMG. **Avaliação (Campinas)**, vol.16 no.1 Sorocaba, Mar.2011.

## ANEXOS

## ANEXO I - Parecer de aprovação do Comitê de Ética

## PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

## DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

**Título da Pesquisa:** O Adoecimento dos discentes na Universidade Federal de Ouro Preto

**Pesquisador:** ALESSANDRA RIBEIRO DE SOUZA

**Área Temática:**

**Versão:** 2

**CAAE:** 85842518.2.0000.5150

**Instituição Proponente:** Universidade Federal de Ouro Preto

**Patrocinador Principal:** Financiamento Próprio

## DADOS DO PARECER

**Número do Parecer:** 2.648.067

**Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:**

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BASICAS_DO_PROJETO_1086787.pdf	08/05/2018 11:58:26		Aceito
Outros	carta_resposta.pdf	08/05/2018 11:57:52	ALESSANDRA RIBEIRO DE SOUZA	Aceito
Declaração de Pesquisadores	declaracaocustos.pdf	08/05/2018 11:44:35	ALESSANDRA RIBEIRO DE SOUZA	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto.pdf	14/03/2018 16:08:50	CAMILA MARIA VENTURA	Aceito
Folha de Rosto	folha.pdf	14/03/2018 15:32:56	CAMILA MARIA VENTURA	Aceito
Outros	formulario_entrevista.pdf	03/03/2018 19:55:04	ALESSANDRA RIBEIRO DE SOUZA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.pdf	03/03/2018 17:29:24	ALESSANDRA RIBEIRO DE SOUZA	Aceito

**Situação do Parecer:**

Aprovado

**Necessita Apreciação da CONEP:**

Não

OURO PRETO, 10 de Maio de 2018

---

Assinado por: **Núncio Antônio Araújo Sól**  
(Coordenador)

**ANEXO II - Termo de consentimento livre e esclarecido (estudantes)**

Você está sendo convidado (a) para participar, da Pesquisa referente ao Adoecimento dos discentes na Universidade Federal de Ouro Preto, , sob a responsabilidade da graduanda Camila Ventura e Orientadora Alessandra. A pesquisa tem como objetivo discutir a respeito da problemática do adoecimento dentro do ambiente acadêmico e a urgência em se debater esse assunto. Sua participação se dará mediante a um formulário contendo 33 perguntas.

Sua identificação será mantida em sigilo absoluto, esclarecemos que sua participação se dará de forma voluntaria, portanto não sendo obrigado a responder todas as perguntas. Os possíveis riscos da pesquisa consistem no constrangimento em responder a alguma questão e por isso reforçamos que você é livre para não responder às mesmas. Voce também poderá retirar seu consentimento em participar da pesquisa caso não deseje mais se inserir. Os resultados da pesquisa serão publicados em congressos da área e os formulários serão devidamente guardados pela professora Alessandra Souza no gabinete 33 do ICOSA por um período de 5 anos quando serão destruídos.

Em caso de dúvida sobre a pesquisa, você poderá entrar em contato com os pesquisadores responsáveis, Camila no telefone (31)983063736 e Alessandra no telefone 35582275. Em casos de dúvidas sobre os seus direitos como participante nesta pesquisa (apenas para tratar de dúvidas éticas), você poderá entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa – CEP/UFOP; Universidade Federal de Ouro Preto, Campus Universitário – Morro do Cruzeiro; Tel: (31) 3559-1367; Email: cep@propp.ufop.br. Se você aceitar participar estará contribuindo para o levantamento de maiores dados sobre o assunto e de possíveis colaborações para o desenvolvimento de intervenções inerentes ao adoecimento dos discentes. O estudante não terá nenhuma despesa e também não receberá nenhuma remuneração.

Por se tratar de envio online, ao responder as o formulário você estará automaticamente concordando com sua participação.

---

Alessandra Ribeiro de Souza

---

Camila Ventura

### ANEXO III - Questionários

1 – Qual sua identidade de gênero?

- Mulher (Cisgênera)
- Homem (Cisgênero)
- Mulher Transexual/Transgênera
- Homem Transexual/ Transgênero
- Não-Binário
- Outros

2- Qual sua idade?

- 17 a 20 anos
- 21 a 25 anos
- 26 a 30 anos
- 31 a 35 anos
- Acima de 36 anos

3- Qual sua identificação de cor ou raça?

- Amarela
- Branca
- Parda
- Preta
- Indígena
- Sem declaração

4- Você é aluno de?

- Graduação
- Pós-graduação

5- Você reside atualmente em Mariana?

- Sim
- Não

6- Qual sua cidade de residência após ingresso na UFOP? Caso tenha respondido não, na questão anterior.

7- Qual a distância da sua cidade de origem ( ou seja a cidade que residia antes de ingressar na UFOP) em relação á Mariana?

- Menos de 20 Km
- Entre 21 Km a 100 Km
- Entre 101 Km a 200 Km
- Entre 201 Km a 300 Km
- Acima de 300 Km

8- Com qual frequência visita sua cidade?

- Entre uma e 4 vezes por mês
- A cada dois meses



- Uma vez durante o semestre
- Apenas nas Férias
- Uma vez por ano
- Outra especificar

9- Qual é o seu curso?

- Serviço Social
- Economia
- Jornalismo
- Administração
- História
- Letras
- Pedagogia

10- Em qual tipo de moradia você reside?

- República particular
- Moradia pertencente á Universidade
- Apartamento/ casa individual
- Com companheiro (a) ou cônjuge
- Moradia familiar
- Pensão

11- Você está incluído na Assistência Estudantil?

- Sim
- Não

12- Recebe algum tipo de bolsa ou auxílio da Universidade?

- Bolsa Permanência
- Bolsa Alimentação
- Bolsa Transporte
- Auxilio Moradia
- Outro
- Não recebo

13- Na sua opinião a assistência estudantil é suficiente para assegurar financeiramente a permanência na Universidade?

- Sim
- Não

14- Você trabalha? Ou tem desenvolvido atividades para gerar renda complementar?

- Sim, tenho um trabalho fixo remunerado
- Sim, desenvolvo atividades para gerar renda complementar
- Não trabalho

15- Você se sente pressionado pelas exigências do curso?

- Sim
- Não

16 - Você apresentou algum tipo de adoecimento após o ingresso na UFOP?

- Sim
- Não

17- Você já apresentava algum quadro de adoecimento antes de ingressar na UFOP?

- Sim
- Não

18- Você já procurou acompanhamento psicológico?

- Sim
- Não

19- Teve acesso pela UFOP? Caso tenha respondido sim na questão anterior

- Sim
- Não

20 – Na sua opinião a Universidade, compreende as exigências postas sobre o aluno?

- Sim
- Não

21- Sua vida pessoal sofre interferências por conta da vida acadêmica?

- Sim
- Não

22- Na sua opinião a Universidade oferece apoio suficiente para a permanência dos alunos?

- Sim
- Não

23- Você já fez ou faz uso de algum medicamento controlado?

- Sim
- Não

24- Há quantos anos você está inserido na UFOP?

- Entre 1 a 2 anos
- Entre 3 a 4 anos
- Acima de 5 anos

25- Em relação ao curso, você:

- Já tranquei
- Já pensei em trancar
- Nunca pensei em trancar

25- Na sua opinião o corpo docente leva em consideração as particularidades dos universitários?

- Sim
- Não

26- Você se sente pressionado pela idéia de exercer sua profissão após o término da faculdade?

- Sim

- Não
- 27- Você se sente pressionado a obter um alto rendimento acadêmico?
- Sim
  - Não
- 28- Em relação as atividades acadêmicas, você participa de alguma das listadas abaixo?
- Projeto de extensão
  - Pesquisa
  - Empresa júnior
  - PET (Programa de Educação Tutorial)
  - Estágio Obrigatório
  - Outro
  - Não participo de nenhuma atividade
- 29- Qual carga horária semanal você dedica as atividades gerais propostas pela Universidade? Incluindo aulas, projetos, pesquisa, etc.
- Até 15 horas
  - Entre 16 a 20 horas
  - Entre 21 a 30 horas
  - Acima de 31 horas
- 30- Qual sua opinião a respeito da grade curricular do seu curso?
- 31- Você se sente pressionado pelas exigências do ambiente universitário?
- 32- Alguma vez você já foi vítima de algum tipo de preconceito?
- 33- Alguma vez você já foi vítima ou presenciou relações abusivas em sala de aula?
- Sim, já presenciei
  - Sim, já fui vítima
  - Não, nunca presenciei ou fui vítima
- 34- Ao seu ver, a Universidade é um espaço que contribui com o adoecimento dos estudantes? Se sim, por quê?

**ANEXO IV - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Psicóloga)**

Você está sendo convidada a participar da Pesquisa do trabalho de conclusão de curso referente ao Adoecimento dos discentes na Universidade Federal de Ouro Preto, mediante entrevista realizada pela graduanda Camila Ventura sob a orientação da Professora Alessandra Souza. A pesquisa tem como objetivo discutir a respeito da problemática do adoecimento dentro do ambiente acadêmico e a urgência em se debater esse assunto, sendo de suma importância a participação do profissional que atua diretamente respondendo às demandas dessa problemática. Sua participação se dará mediante a entrevista contendo 10 perguntas. Caso seja aceito pela entrevistada, a entrevista será gravada para posterior transcrição e análise de dados.

Esclarecemos que sua participação se dará de forma voluntaria, portanto não sendo obrigado a responder todas as perguntas. Caso aceite participar estará contribuindo para o levantamento de maiores dados sobre o assunto e de possíveis Os possíveis riscos dessa pesquisa consistem em possível constrangimento em responder algumas das questões e você pode se recusar a responder a qualquer questão caso não se sinta a vontade.

Em caso de dúvida sobre a pesquisa, você poderá entrar em contato com os pesquisadores responsáveis, Camila no telefone (31)983063736 e Alessandra no telefone 35582275. Em casos de dúvidas sobre os seus direitos como participante nesta pesquisa (apenas para tratar de dúvidas éticas), você poderá entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa – CEP/UFOP; Universidade Federal de Ouro Preto, Campus Universitário – Morro do Cruzeiro; Tel: (31) 3559-1367; Email: cep@propp.ufop.br.No caso de aceitar fazer parte do estudo, assine ao final deste documento, que está em duas vias. Uma delas é sua e a outra é do pesquisador responsável.

Mariana, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
Assinatura do(a) participante

\_\_\_\_\_  
Alessandra Ribeiro de Souza

\_\_\_\_\_  
Camila Ventura

**ANEXO V - Roteiro de Entrevista**

- 1) Qual sua formação?
- 2) Há quanto tempo você trabalha na UFOP?
- 3) Como se dá seu vínculo empregatício?
- 4) Em média quantos estudantes você atende por mês?
- 5) Além de você, têm algum outro profissional da UFOP que atende as mesmas demandas dos campus de Mariana?
- 6) Você faz encaminhamentos para quais serviços? São públicos ou privados?
- 7) Em relação ao seu trabalho, existe uma sobrecarga?
- 8) Quais são na sua opinião as demandas mais recorrentes para os alunos que buscam atendimento?
- 9) Na sua opinião, quais seriam as determinações do adoecimento dos estudantes da UFOP?
- 10) Na sua opinião, o serviço ofertado pela UFOP supri a demanda recebida?



UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO  
Instituto de Ciências Sociais Aplicadas – ICSA  
Faculdade de Serviço Social



Certifico que a(o) estudante **Camila Maria Ventura**, autora(o) do trabalho de conclusão de curso intitulado “**O Adoecimento dos discentes na Universidade Federal de Ouro Preto**”, efetuou as correções sugeridas pela banca examinadora e que estou de acordo com a versão final do trabalho.

A handwritten signature in blue ink, consisting of several loops and flourishes, positioned above a horizontal line.

Nome  
Orientador

Mariana, 17 de agosto de 2018.